

TELMA
CASTELLO
BRANCO

GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS



Este livro traz para o conhecimento do público as reflexões e experiências vivenciadas pelas organizações do Programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS) da OXFAM, na busca de uma metodologia eficiente e participativa de trabalho, para trazer as preocupações e reflexões de gênero e planejamento para o cotidiano das organizações parceiras e das comunidades rurais em que o programa atua.

Gênero é compreendido por essas organizações como relações histórica e culturalmente construídas entre homens e mulheres. Essas relações estão estreitamente vinculadas às questões de poder em suas mais variadas formas (submissão/opressão, dependência econômica, política, psicológica, baixa auto-estima). O desafio posto é a construção de relações entre homens e mulheres mais igualitárias, equilibradas e justas.

A OXFAM contratou os serviços da OCA, empresa de consultoria com experiência na temática, para apoiar a discussão de metodologias e atividades que fizessem avançar a adoção de uma concepção de gênero estruturando o conjunto das ações do programa, com as organizações parceiras do PMVS.

A OCA trouxe como elemento da proposta metodológica inicial a concepção de que a discussão e ações para a inclusão de gênero no cotidiano das organizações deveriam ser contempladas no processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações institucionais. A questão da igualdade entre homens e mulheres somente se tornaria uma realidade quando cada dirigente, cada técnico, funcionário e pessoas das comunidades, do sexo masculino e feminino, estivessem convencidos e transformassem esse convencimento em ações e em mudanças de atitudes e comportamentos. A isto a OCA chamou de passar de um estado de uma *mentalidade de gênero* para a concretização dessa mentalidade através da adoção de uma *atitude de gênero*.

Para enfrentar o desafio posto pela prática, foi necessário criar novos instrumentos teóricos e metodológicos de análise da realidade. Assim, além de trabalhar com conceitos sobre a necessidade de “empoderamento”, “maior participação” e “valorização” do trabalho feminino, desenvolveram-se conceitos auxiliares como “compartilhamento de poder por homens e mulheres”, “construção de parcerias de gênero”, “associação de conhecimentos e informações” e “negociação de interesses e necessidades entre homens e mulheres”.

O trabalho da assessoria de gênero com as organizações parceiras, com o apoio constante da coordenação do PMVS, propiciou mudanças nas relações de gênero e maior consciência sobre a necessidade de ampliar a discussão com as comunidades em que trabalham, de modo a propiciar as condições objetivas para que as relações entre homens e mulheres sejam cada vez mais igualitárias, equilibradas e justas.

TELMA
CASTELLO
BRANCO

GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS

Recife - PE, Janeiro de 2009

© 2008 Todos os direitos reservados pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas - Caatinga

Caatinga

Av. Engenheiro Camacho, 475 Renascença Ouricuri-PE.

CEP: 56200-000

Colaboração: Victor Arai

Design gráfico: Jorge Verdi

Fotografia: Lusimar Lima

Ficha catalográfica: Rosimeri Couto

B816g **Castello Branco Telma**

Gênero, segurança alimentar e agroecologia no Semiárido nordestino / Telma Castello Branco. -- Ouricuri: Caatinga, 2009.

84 p. : il. ; 20 cm.

ISBN 978-85-61713-02-7

1. Agroecologia. 2. Convivência - Semiárido. 3. Gênero.
4. Segurança Alimentar. II. Castello Branco, Telma.. III
Título

CDU 631.95



Dona Antônia. Tuparetama/PE

AGRADECIMENTOS

A sistematização das experiências e reflexões realizadas sobre gênero e planejamento não teriam sido possíveis sem a participação de todas as pessoas que estiveram presentes na execução das ações, nas discussões sobre o tema, nas oficinas locais e nos seminários. Gostaríamos, portanto, de agradecer o esforço coletivo de reflexão, pela aplicação e análise das metodologias empregadas, enfim pelas contribuições de diversas naturezas.

Primeiramente, queremos agradecer a Oxfam, especialmente pela presença constante e pelas contribuições de Omar Rocha e Victor Arai na construção da metodologia, para aprimorar as ações e registros das atividades desenvolvidas.

Agradecemos às famílias de agricultores e agricultoras que nos apoiaram e sem as quais nada teria acontecido, destacando-se a contribuição e intensa participação das diversas comunidades das áreas de atuação das organizações do Programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS), debatendo idéias e relatando suas histórias e experiências.

Agradecemos a todas as dez organizações - e suas incansáveis equipes que participaram do Programa Meios de Vida Sustentáveis, especialmente àquelas que se dedicaram ao desenvolvimento da metodologia e que nos possibilitaram ter material para edição desta publicação.

Agradecemos às demais equipes e organizações parceiras da Oxfam em outros programas, pelas contribuições e por nos terem feito muitas vezes rever nossas crenças e concepções.

Agradecemos, ainda, a Lusimar Lima e Marcelino Lima, pela leitura crítica no decorrer da elaboração da publicação. E, posteriormente, pelo minucioso trabalho de Lusimar Lima e Jorge Verdi, para tornar a publicação uma realidade.

Finalizando, gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente com esta publicação, inclusive com aqueles que porventura não tenham sido citados ou não tenham tido o destaque devido, mas colaboraram efetivamente para viabilizar este livro.

Telma Castello Branco

SUMÁRIO	PREFÁCIO	06
	APRESENTAÇÃO	09
	INTRODUÇÃO	10
	PRIMEIRA PARTE	15
	GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: A PROPOSTA METODOLÓGICA PARA INSERÇÃO DE GÊNERO NA AÇÃO DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEI (PMVE)	
	O conceito de gênero e sua construção histórica	
	1. A situação inicial das organizações do PMVS	
	2. A metodologia utilizada	
	3. As ações desenvolvidas pela assessoria	
	4. Encontro de parceiros: a evolução da discussão de gênero	
	SEGUNDA PARTE	35
	ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS	
	1. A experiência da ONG Diaconia: o programa de apoio à agricultura familiar	36
	1.1 Contextualização da Área de Ação da Diaconia	
	1.2 As ações do PAAF Diaconia para fortalecer as relações de gênero em suas áreas de trabalho	
	1.3 Resultados obtidos	
	2. As relações de gênero no Araripe: a experiência do Caatinga	54
	2.1 Contextualização da Área de Atuação do Caatinga	
	2.2 As ações do Caatinga para fortalecer as relações de gênero em suas áreas de trabalho	
	2.3 Resultados obtidos	
	2.4 Conclusões	
	EXPERIÊNCIAS DE COMUNIDADE	
	1. A experiência da família Galdino	67
	2. As relações de gênero nas feiras agroecológicas	73
	3. A feira Agroecológica de Ouricuri	81

PREFÁCIO

A missão da Oxfam é trabalhar, juntamente com outros agentes, para combater a pobreza e o sofrimento. As pessoas vivenciam a pobreza quando lhes é negado o direito a um meio de subsistência, água, educação, saúde, proteção, segurança, voz ativa na vida pública ou de não sofrerem discriminação. A definição de pobreza da Oxfam vai além da questão puramente econômica para abranger capacidade, falta de poder e desigualdade.

As mulheres freqüentemente possuem menos recursos do que os homens para o reconhecimento legal e proteção, assim como menos acesso ao conhecimento e a informações e menos poder para tomar decisões tanto dentro como fora de casa. As mulheres em muitas partes do mundo freqüentemente possuem pouco controle de sua fertilidade, sexualidade e escolhas matrimoniais. Essa discriminação sistemática reduz a participação pública das mulheres, freqüentemente aumenta sua vulnerabilidade frente à pobreza, à violência e ao HIV, resultando em um grande percentual de mulheres na população mundial vivendo em situação de pobreza.

A Oxfam tem uma política específica para a promoção da igualdade entre gêneros, defendendo que mulheres e homens tenham os mesmos direitos a todos os aspectos do desenvolvimento humano, incluindo os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos; o mesmo nível de respeito; as mesmas oportunidades de fazer escolhas e o mesmo nível de poder para dar forma aos resultados dessas escolhas.

Essa política representa o compromisso organizacional com a igualdade de gênero e está intimamente ligada com as políticas de oportunidades iguais e de diversidade da Oxfam. Ela orienta a intervenção dos funcionários, voluntários e assessores externos para garantir que o nosso trabalho melhore a vida de mulheres e homens e promova a igualdade de gênero.

Os princípios norteadores da intervenção de gênero da Oxfam são os seguintes:

- A) A igualdade de gênero é fundamental para o combate da pobreza e do sofrimento.
- b) A organização trabalha com mulheres e homens para abordar idéias e crenças específicas que criam e reforçam a pobreza relacionada à questão de gênero.
- c) Mulheres e meninas serão fortalecidas através de todos os aspectos de nosso programa e de nossos modos de trabalho e freqüentemente priorizaremos o trabalho que melhore especificamente a posição das mulheres; nossas próprias práticas internas e maneiras de trabalhar refletirão nosso compromisso com a igualdade de gênero; estratégias para se alcançar a igualdade de gênero.
- d) Um entendimento profundo das diferentes preocupações, experiências, capacidades e necessidades das mulheres e homens influenciarão o modo como analisamos, planejamos, implementamos e avaliamos nosso trabalho como um todo.

- e) Nós abordamos as políticas, práticas, idéias e crenças que perpetuam a desigualdade de gênero e impedem que mulheres e garotas (e às vezes homens e garotos) usufruam meios de subsistência decente, participação na vida pública, proteção e serviços básicos.
- f) Participação integral e o empoderamento das mulheres em todas as áreas de nosso trabalho e promoção dos direitos das mulheres como direitos humanos, particularmente nas áreas de abuso e violência.
- g) Trabalho com homens e mulheres, conjuntamente e separadamente, para termos um impacto mais duradouro nas crenças e comportamento. Garantia de que qualquer trabalho que realizamos com homens e grupos de homens apóie a promoção da igualdade de gênero.
- h) Parcerias e alianças serão avaliadas com base em seu compromisso com a igualdade de gênero.
- i) Nossas mensagens de campanha, *advocacy* e mídia, e as imagens que usamos para apoiá-las, devem enfatizar a importância da igualdade de gênero no combate à pobreza e sofrimento. Nossas comunicações também devem destacar nosso próprio compromisso com a igualdade de gênero e o papel essencial desempenhado pelas mulheres em todos os aspectos do trabalho de desenvolvimento e humanitário.
- j) Os gerentes devem incentivar grupos e fóruns em toda a organização a compartilhar aprendizado e as melhores práticas sobre igualdade de gênero. O treinamento de gênero também será colocado à disposição de funcionários e voluntários.
- k) Em todo o nosso trabalho devemos demonstrar o compromisso com a igualdade de gênero através da definição de equipes e objetivos individuais apropriados e através da alocação de funcionários e recursos adequados para que realizemos a política de igualdade de gênero.
- l) Gerentes de todas as divisões devem apoiar e fazer relatórios sobre objetivos e ações mensuráveis relacionados à política de igualdade de gênero; e, nossos sistemas de gestão, finanças e recursos humanos devem promover e contribuir com o nosso trabalho sobre gênero.
- m) A conscientização e o entendimento sobre gênero serão utilizados como um critério para o recrutamento e desenvolvimento de funcionários e voluntários.
- n) Dentro da organização buscaremos práticas de trabalho compatíveis com a vida familiar que permitem que homens e mulheres participem integralmente do trabalho e da vida familiar.

A presente sistematização das ações e resultados do trabalho de uma das assessorias contratadas e de alguns dos nossos parceiros do Programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS), permite-nos contribuir para a reflexão, o intercâmbio de informações e para a troca de experiências sobre a temática de gênero na prática dos nossos projetos voltados para o desenvolvimento rural, com organizações parceiras que atuam no Semi-Árido.

Omar Rocha
Coordenador do programa Meios de Vida Sustentáveis

APRESENTAÇÃO

Esta publicação, já em sua segunda edição, tem o intuito de contribuir com a discussão a partir das experiências apresentadas, compreendendo a importância das relações de gênero como compromisso das instituições no sentido de que as ações desenvolvidas contemplem a equidade de gênero nos processos de decisão de suas organizações, assim como de promoverem discussões sobre gênero nas suas ações de capacitação e de desenvolvimento de práticas agrícolas e de comercialização. Entendemos que outras iniciativas podem se agregar a esta e contribuir para ampliar o debate.

Durante a elaboração desta publicação várias atividades de campo foram feitas, visando estabelecer um diálogo com as famílias, também foram feitas inúmeras reuniões com as organizações para contribuir com o levantamento de informações necessárias que subsidiassem a elaboração do seu conteúdo.

Apesar de a publicação trazer um vasto conteúdo, as experiências trabalhadas estão situadas em três territórios: Sertão do Araripe e Sertão do Pajeú em Pernambuco e Oeste do Rio Grande do Norte, experiências estas acompanhadas pelo Caatinga e Diaconia, iniciativas que ao longo de anos foram assessoradas tendo como ênfase os aspectos das relações sociais de gênero nas dimensões da produção e de comercialização. Esperamos contribuir para fortalecer outras iniciativas em curso e que o conteúdo possa ser lido de forma crítica no sentido de enriquecer o debate. Boa leitura.

Joseilton Evangelista de Sousa

Coordenador Geral do Programa de Apoio à Agricultura Familiar - Diaconia

INTRODUÇÃO

O trabalho de assessoria de gênero iniciou em Janeiro de 2003, tendo por finalidade discutir a operacionalização de gênero na prática das organizações do programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS), da Oxfam Brasil.

Entende-se por “operacionalização de gênero” a capacidade de traduzir as concepções, as políticas e ações na prática das organizações. Ou seja, a realização de planos e propostas de inclusão da perspectiva de gênero no trabalho cotidiano das organizações. Pressupõe, ainda, a reflexão e diálogo entre conceitos, teorias e a experiência no meio real.

Convém esclarecer, antes de se tratar especificamente de gênero, que todas as organizações apoiadas pelo programa acreditam que a melhoria dos meios de comercialização, o acesso à renda e a melhoria qualitativa do consumo, dependem principalmente do aprimoramento das condições de reprodução da agricultura familiar e da implantação de novos mecanismos que permitam o crescimento de oportunidades favoráveis para a produção, o beneficiamento e a comercialização a preços justos, tanto para o mercado interno quanto para o externo, promovendo o desenvolvimento econômico e humano dos agricultores e agricultoras.

Trabalham na perspectiva da agroecologia, que supõe uma abordagem sistêmica da realidade e a utilização de princípios oriundos da ecologia como, por exemplo, a diversificação da produção e a interdependência dos fatores que interferem na agricultura. A agroecologia é mais do que uma proposta técnica e/ou metodológica, sendo uma nova forma de pensar as relações sociais de produção no campo e na cidade, constituindo-se em alternativa para o modelo de desenvolvimento baseado na utilização de agrotóxicos e aditivos químicos, na sobreposição dos interesses comerciais a direitos humanos básicos como alimentação, saúde, educação.

Dentro desse paradigma para a efetivação de uma nova sociedade, há uma discussão sobre as relações tradicionais entre homens e mulheres, que coloca na pauta a questão do poder. Em geral, as mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade, o que leva essas organizações a concentrarem seus esforços para o crescimento da igualdade e equidade de gênero, com o empoderamento e aumento da participação das mulheres.

Pedro Ivo e Ivoneide
Afogados/PE



Gênero é compreendido por essas organizações como relações histórica e culturalmente construídas entre homens e mulheres. Essas relações estão estreitamente vinculadas às questões de poder em suas mais variadas formas (submissão/opressão, dependência econômica, política, psicológica, baixa auto-estima). O desafio posto é a construção de relações entre homens e mulheres mais igualitárias, equilibradas e justas.

A transversalidade de gênero é compreendida como o esforço de trazer para o interior da estrutura funcional das organizações e para todo o trabalho realizado junto ao seu público-alvo, as opiniões, as necessidades, as experiências e capacidades de homens e mulheres. Isto implica em uma tomada de consciência e de atitude para mudar normas, poderes e preconceitos estabelecidos na história e na cultura das comunidades e de nossa sociedade.

Entretanto, são inúmeras as definições e utilizações do conceito de gênero, ficando geralmente a discussão entre essas diversas concepções no plano do discurso e da ideologia, uma vez que há uma tendência à dissociação da teoria e da prática. Muitos são os estudos e intervenções baseados em crenças e posições fechadas, deixando com isso de perceber a diversidade de expressões das relações de gênero na realidade em que atuam. Isto leva, via de regra, à realização de exercícios formalistas que buscam enquadrar a realidade aos modelos teóricos pré-concebidos. A visão da dialética, de que a teoria orienta a prática e a prática aporta elementos para a elaboração de nova teoria, possibilita uma dinâmica mais rica e considera que ambos (teoria e prática) são dois termos de uma mesma relação. A leitura da realidade em que cada um atua, independentemente do maior ou menor tempo de sua inserção, com certeza é enriquecida se o método dialético consegue ser aplicado.

Porém, sair da armadilha da lógica formal para a utilização do método dialético não é algo simples, especialmente para aqueles e aquelas que freqüentaram a universidade, em que o formalismo é base da formação de profissionais das diferentes áreas de conhecimento. E é este o desafio que se vem enfrentando no cotidiano do trabalho com as organizações que trabalham no semi-árido brasileiro.

As atividades da assessoria iniciam-se com a realização de um diagnóstico nas dez organizações do PMVS², tendo como objetivo conhecer a situação das relações de gênero no interior das organizações e no Programa como um todo.

Na primeira parte do diagnóstico, era realizada a identificação institucional (temáticas trabalhadas, quadro de pessoal, grau de formação das pessoas da organização, ocupação dos cargos de direção). Na segunda, solicitavam-se informações sobre o planejamento nas organizações (se era feito qualquer tipo de planejamento, com participação ou não, levantamento de mecanismos/ações para a sistematização e aferição de resultados). E, na terceira, perguntava-se sobre atividades específicas desenvolvidas com intenção de incluir gênero na ação da organização.

Algumas observações relevantes desse primeiro diagnóstico. O número de funcionários/as permanentes nas organizações é, em média, 55% homens e 45% mulheres, o que representa uma situação de gênero aparentemente favorável. Mas, quando se analisa a composição das coordenações, encontra-se que a média de mulheres na coordenação geral é de apenas 17% e em coordenações de projetos, 18%.

2. Duas dessas organizações eram nacionais, com sede em Brasília (CONTAG, MST) e oito com inserção estadual e local. Essas oito distribuídas da seguinte forma: cinco, em Pernambuco; uma no Ceará; uma em Sergipe; uma no Maranhão.

Em termos de planejamento, todas as organizações afirmam ter realizado o planejamento. Mas, 50% delas dizem que necessitam melhorar a forma de registrar e analisar as informações. As organizações apontam dificuldade em elaborar e aplicar diagnósticos.

O levantamento mostra que as organizações, na época, não tinham em seus planejamentos uma estratégia clara para incorporar gênero na instituição e no trabalho junto aos seus públicos. Em geral, quando existiam atividades específicas de gênero acabavam sendo dirigidas apenas às mulheres, com metodologias que muitas vezes acirravam os problemas entre homens e mulheres, sem conseguir que avanços efetivos ocorressem nas relações de gênero, nas unidades de trabalho e familiar.

O resultado desta pesquisa foi apresentado - e discutido com as organizações - na primeira oficina de gênero, no III° Encontro de Parceiros do PMVS da Oxfam, em abril de 2003. Nesta ocasião, foi apresentada, também, uma proposta de plano de trabalho para a assessoria de gênero do PMVS. A idéia era de que as informações coletadas no diagnóstico - e na primeira oficina de gênero - serviriam de referências para a construção da estratégia de trabalho para a operacionalização de gênero no cotidiano das organizações e no conjunto do PMVS. Foram constatadas várias dificuldades (vide Box) para a realização da "transversalidade de gênero"³, nessa primeira oficina. Dessas inúmeras preocupações, algumas estiveram presentes em muitas falas e merecem comentários.

O receio que o assunto abordado ficasse restrito ao plano da discussão não contribuindo para mudanças na prática das organizações e do programa.

Era perceptível o desgaste e a desconfiança em relação à efetividade de métodos que pudessem contribuir para a operacionalização de gênero.

Essas organizações afirmaram que já haviam passado por inúmeras capacitações em gênero sem, no entanto, terem aprofundado como realizar na prática a teoria discutida. Ao mesmo tempo, observou-se que esperavam conseguir superar as dificuldades para a operacionalização de gênero no conjunto das ações.

3. A transversalidade de gênero é entendida como a presença da perspectiva de gênero em todas as ações das organizações.

Os preconceitos e posturas danosas para a implementação de um trabalho em gênero.

Alguns participantes da oficina receavam que as questões de gênero acabassem por se fechar na equidade e empoderamento da mulher - que geralmente é a parte mais vulnerável da relação - deixando de se considerar as questões e dificuldades dos homens.

Foi constatado que era fundamental discutir com homens e mulheres as questões relacionadas a gênero, principalmente no que se refere ao poder. De acordo com uma das participantes da oficina, a mulher em determinadas comunidades quando está em grupos mistos não se pronuncia. Portanto, nesses grupos é importante, em um primeiro momento, separar homens e mulheres, para dar condições iguais de expressão. Outro participante falou que, entretanto, é importante desenvolver a concepção de que a mulher tem que ser integrada à estrutura de poder existente, em igualdade de condição em relação aos homens. Alguns participantes homens destacaram, ainda, que era necessário, ao tratar com público misto, considerar homens e mulheres. Pois, normalmente, o trabalho de gênero era voltado apenas para as mulheres.

O risco de se acabar não priorizando questões sociais relevantes, ao se tratar os aspectos econômicos como o foco da intervenção.

Este foi outro ponto, de âmbito mais global, evidenciado como preocupação dos parceiros do programa. O receio era que ao evidenciar o econômico, fossem esquecidas a dimensão sistêmica e as múltiplas relações, principalmente as sociais, que perpassam os projetos e o programa.

O diagnóstico, a participação no encontro de parceiros de Gravatá, reforçadas pelas visitas realizadas posteriormente àquele encontro mostraram que era necessária a definição de uma estratégia que considerasse a diversidade de situações e percepções das organizações em relação a gênero, às prioridades para a intervenção, à combinação dos componentes de sistema a serem trabalhados.

Em síntese, o desafio central identificado era como combinar essas ações e visões diferenciadas e particulares dentro de um único programa, sem perder a riqueza e a diversidade existentes, criando um espaço de reflexão e diálogo no interior das organizações e nos momentos dos encontros de parceiros.

PRIMEIRA
PARTE

GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA:

A PROPOSTA METODOLÓGICA PARA INSERÇÃO DE GÊNERO
NA AÇÃO DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS (PMVS)

Antonio Bispo e Dona Antônia Bispo.
Sítio Tucano, Ouricuri/PE



1. O CONCEITO DE GÊNERO E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Dona Terezinha na Feira Agroecológica



O conceito de gênero surge nas universidades no contexto dos estudos sobre mulheres, em que as feministas sentiam a necessidade de formular categorias analíticas que permitissem diferenciar o sexo - que era o que as mulheres tinham de natural, igual e permanente em todas as épocas e culturas - do que era socialmente construído e que variava dependendo do período histórico e do meio em que a mulher estava inserida.

A natureza define dois sexos (masculino e feminino), com características físicas e biológicas diferentes, cabendo à sociedade agregar aos mesmos significados e atributos variáveis dependendo da educação, da cultura, das regras e costumes de uma determinada sociedade. Ou seja, o sexo não muda, mas o que se espera como atitude de homens e mulheres é histórica e culturalmente determinado. A sociedade constrói e orienta a socialização de homens e mulheres.

A definição de gênero como relações histórica e culturalmente definidas é bastante difundida nas ONGs e movimentos sociais, pois facilita a compreensão, permite uma boa estratégia de denúncia e aponta para a necessidade de transformação social (Simião, 2002)⁴.

4. SIMIÃO, Daniel Schroeter "As Coisas Fora do Lugar: Gênero e o Potencial de Programas de Geração de emprego e Renda" in Perspectivas de Gênero: Debates e Questões para as ONGs, GT-Gênero Plataforma de Contrapartes Novib/ SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

Uma das críticas a essa concepção é que a mesma é reducionista, pois embora existam padrões hegemônicos do que é “ser masculino” e “ser feminino”, as pessoas operam esses modelos a partir de realidades específicas e adotando formas particulares de classificação do outro. Assim, a mulher pode ser discriminada por ser pobre, negra, jovem, idosa, índia. Ou pode ser vista de acordo com diferentes perspectivas e olhares individuais, por exemplo, uma mulher construindo uma cisterna pode ser considerada “mulher-macho” ou “mulher trabalhadora”.

A relação de um indivíduo do sexo masculino ou feminino, ou grupo de indivíduos, com uma determinada realidade se dá a partir da compreensão e visão de mundo de cada um e do conjunto. Nessas relações pessoas, condutas e objetos são classificados de acordo com o contexto e com as crenças de cada indivíduo e do conjunto da sociedade.

Particularmente, acredita-se que não necessariamente essa é uma concepção reducionista, mas com certeza pode ser utilizada considerando outros fatores relacionais, exemplificando, raça e idade. Ou seja, entende-se que gênero é uma construção social, não existindo modelos de feminino e masculino puros, mas sim relações de gênero permeadas pelas contradições presentes nas sociedades.

Nos anos 70 e 80 a cooperação internacional observando que as mulheres viviam uma condição de acesso ao desenvolvimento muito diferente dos homens busca *ferramentas políticas* para a inclusão das mulheres.

Primeiramente surgem as políticas denominadas MED (Mulheres no Desenvolvimento), no início dos anos 70, que são baseadas no reconhecimento de que as mulheres contribuem com o crescimento econômico com suas atividades produtivas e reprodutivas, devendo ser incorporadas ao processo de desenvolvimento através do acesso ao emprego e ao mercado. Este termo, mulher e desenvolvimento, é chavão do *enfoque de equidade*, uma vez que neste enfoque as mulheres são vistas como participantes ativas no processo de desenvolvimento. Convém ressaltar que o entendimento de desenvolvimento por esse enfoque é meramente crescimento econômico com base na chamada modernização.

Este enfoque, logo adotado pela Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), embora levantando a questão da desigualdade entre homens e mulheres, mostrou seus limites muito rapidamente enquanto contribuição às mulheres, uma vez que suas políticas estavam apoiadas na crença de que a solução para superar as desigualdades existentes era integrar as mulheres em atividades de desenvolvimento. Esta visão, principalmente com o surgimento do conceito de gênero, é percebida como muito economicista e focada em indicadores de acesso das mulheres a fatores de desenvolvimento, não levando em conta que as relações entre homens e mulheres são orientadas por um imaginário de gênero perpassado por desigualdades que não se refletem apenas através de indicadores de acesso ao desenvolvimento. Não basta integrar as mulheres aos processos de desenvolvimento para que ocorram mudanças e transformações no imaginário de gênero.

Outro enfoque, o de *eficiência* surgiu nos anos 80 e é utilizado muito freqüentemente no presente. Considera que as mulheres (metade dos recursos humanos disponíveis) estão na condição de recursos subutilizados no processo de desenvolvimento. A proposta é assegurar a eficiência e efetividade do desenvolvimento através da contribuição econômica das mulheres, acreditando que maior participação econômica das mulheres resulta automaticamente em maior equidade. A ênfase deste enfoque é o desenvolvimento e não as mulheres. Uma das principais críticas a este enfoque é de que apesar do reconhecimento de que as mulheres são essenciais ao desenvolvimento como um todo, isto não significa uma tomada de consciência de que o desenvolvimento devesse melhorar as condições de vida das mulheres. Os programas baseados neste enfoque sustentam-se no tempo de trabalho não pago das mulheres de baixa renda e só satisfaz as necessidades práticas de gênero às custas de mais horas de trabalho e da elevação do trabalho não pago.

A partir de uma postura crítica em relação às políticas de MED surgem as políticas de GED (gênero e desenvolvimento), defendendo uma visão mais ampla de desenvolvimento e expressando uma preocupação em aumentar o poder das mulheres. Nesta concepção de empoderamento modificar as relações de subordinação supõe mais do que alterar as relações desiguais objetivas de gênero, implicando também em reconstruir as subjetividades masculina e feminina. A subordinação das mulheres é vista não apenas como um resultado das relações machistas dos homens, mas também como um problema de opressão colonial ou neocolonial.

No enfoque de GED ou do empoderamento a discussão sobre poder supera a discussão dos outros enfoques. Defende que a mulher incrementa o seu poder, porém não identifica isto em termos de dominação das mulheres sobre os homens, mas sim em termos de determinar as opções de vida das mulheres, influenciando nas mudanças e no desenvolvimento da capacidade das mulheres em ter controle sobre os recursos materiais e não materiais.

Diferentemente da academia em que gênero surgiu como forma de desmanchar categorias e redefinir um novo conceito que permitisse a leitura da realidade, no campo da ação política o conceito de gênero é usado na busca de instrumentos para a transformação social. Assim surgem outros conceitos refletindo as preocupações com questões próprias da intervenção em diferentes realidades (democratização das relações de gênero, perspectiva de gênero, igualdade de gênero e outras).

Apesar dos recursos e esforços despendidos para a execução de políticas, programas e projetos nas perspectivas MED e GED, há problemas para a definição de um marco de planejamento que considere gênero de modo a integrar esta concepção às ações de desenvolvimento. Isto se deve a diversos fatores: I) a maioria das autoridades responsáveis pelo planejamento para o desenvolvimento não entende e reconhece gênero como tema importante para o planejamento; II) apesar da criação de ministérios e secretarias de mulheres, as decisões continuam sendo tomadas predominantemente por homens e cegas em termos de gênero; III) a maior parte dos formuladores (as) de política e de executores que trabalham com políticas MED/GED não têm capacidade técnica de discutir as questões de planejamento (Caroline Moser, 1995)⁵.

Caroline Moser ressalta, ainda, que o planejamento de gênero é um enfoque mais ameaçador que o planejamento para a mulher, devido ter perspectiva de emancipação e estar baseado na premissa que as questões de fundo são a subordinação e a desigualdade; e, que é através do empoderamento que as mulheres alcançarão a igualdade e a equidade diante dos homens na sociedade.

5. MOSER, Caroline. Planificación de Género y Desarrollo: Teoría, Práctica & Capacitación Red entre Mujeres/ Flora Tristán Ediciones, Lima, Peru, 1995.

Uma outra dificuldade na operacionalização de gênero é a incapacidade dos acadêmicos e dos pesquisadores em geral, em traduzir os resultados de sua investigação à prática. Há frequentemente uma dissociação da pesquisa e da prática, da teoria e da práxis. Além disso, faltam ferramentas metodológicas simplificadas e adequadas que permitam introduzir as complexidades particulares de contextos específicos ao processo de planejamento.

A maioria das organizações do Programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS) está situada na Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro e atuando no meio rural.

As mudanças na atual conjuntura econômica brasileira propiciam a criação de condições objetivas que favorecem a autonomia e independência das mulheres.

A necessidade de sobreviver e de garantir uma vida melhor para a família exige que a mulher trabalhe e busque alternativas para geração de renda, pois os homens sozinhos já não conseguem assegurar necessidades básicas da família. A perda de identidade do homem como provedor e o crescimento da consciência e da mudança de atitudes, particularmente das mulheres, desestruturam as relações de gênero tradicionalmente existentes. Nos anos 90, há um avanço significativo do movimento das mulheres em todo o Brasil.

Essas mudanças mais globais se expressam em vários níveis e dimensões. Em nível nacional, houve avanços significativos do ponto de vista político e da legislação brasileira na promoção de igualdade entre homens e mulheres e na garantia de direitos específicos das mulheres (por exemplo, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres).

As mudanças nas relações de gênero têm que ser promovidas em diversos níveis (individual/psicológico, familiar, comunitário, nas políticas públicas e na legislação). Os aspectos mais complicados e que oferecem maior resistência às mudanças dizem respeito aos padrões e comportamentos mais básicos, que estão arraigados nos indivíduos e na família.

No Semi-Árido, as relações de gênero vêm gradativamente se modificando. Essas mudanças de comportamento de mulheres e homens têm se dado de modo mais lento nas áreas rurais e nas cidades do interior, do que nas capitais da região Nordeste. Isto se deve principalmente à força das relações patriarcais e de dependência existentes no sertão nordestino.

As mulheres sertanejas têm conseguido mudanças de atitudes em ritmo mais acelerado que os homens do sertão, que se vêm ameaçados pelo crescimento da consciência e da ação dessas mulheres para garantir sua autonomia e exercício da cidadania, respondendo a um movimento nacional e a várias iniciativas das organizações da sociedade civil e, mais recentemente, dos órgãos públicos, para garantir seu empoderamento.

Evidentemente, essas mudanças de atitudes de mulheres e, em menor frequência, de homens, não são ainda generalizadas, em uma sociedade marcada por valores de dominação masculina, em que os papéis masculinos e femininos são implícita ou explicitamente cobrados.

Os homens são percebidos socialmente como os provedores e responsáveis pela família, cabendo às mulheres os afazeres domésticos, criar e educar os filhos e cuidar da saúde da família. As mudanças de mentalidade e de atitude requerem uma reprogramação de valores, dos códigos culturais e comportamentos arraigados profundamente na mente e nas relações entre homens e mulheres.

Muitos homens quando percebem que não são capazes de cumprir seu papel de provedor, preferem abandonar a família a vivenciar cotidianamente o que acreditam ser seu fracasso. Ou, quando as mulheres desenvolvem atividades que permitem gerar salário ou renda e seu crescimento pessoal, contribuindo decisivamente para a sustentação da família, os maridos entram em crise de insegurança e de perda de identidade. Buscam, freqüentemente, sua afirmação na bebida alcoólica, que simbolicamente representa o universo masculino e na agressão física ou psicológica sobre sua mulher, filhas e filhos como uma forma de garantir o seu poder e domínio daquela unidade familiar. Em síntese, os homens estão perdendo suas referências e tendo que redefinir seus padrões de comportamento e práticas opressoras.

2. A SITUAÇÃO INICIAL DAS ORGANIZAÇÕES DO PMVS

Maria Luiza Gomes de Medeiros
e seu irmão na Feira



Uma série de problemas foi apontada no diagnóstico e nas conversas realizadas ao início das atividades com agricultores, agricultoras e técnicos de campo de ambos os sexos, destacando-se:

- As lideranças e técnicos do sexo masculino afirmam acreditar que deve haver maior igualdade entre homens e mulheres e estão cientes de que o trabalho e a contribuição delas na agricultura não são reconhecidos.
- Há, porém, enorme dificuldade em transformar a consciência de gênero (mentalidade de gênero) em atitude de gênero, principalmente porque esta última exige mudanças profundas na maneira de ver o mundo.
- Existe um receio em homens e mulheres rurais de que trabalhar o empoderamento das mulheres signifique a separação de casais e a ampliação da dificuldade de diálogo entre lideranças femininas e masculinas para o desenvolvimento e fortalecimento da comunidade como um todo⁶.

6. Depoimentos de agricultores e agricultoras afirmaram que no passado haviam passado por experiências traumáticas com algumas linhas de trabalho feministas, que realizaram capacitações e ações para as mulheres utilizando metodologias que contribuíram para a criação de rivalidade e divisão entre homens e mulheres. Algumas mulheres se separaram e muitas deixaram o movimento sindical ou a associação, criando dificuldades para as organizações e suas lutas.

- Os homens, em sua maioria, aumentam a resistência às mudanças ao se sentirem ameaçados no seu papel social e patriarcal e trabalham para inviabilizar e/ou neutralizar o poder das mulheres.
- As formas comumente utilizadas de isolamento das mulheres do poder são a criação de espaços institucionais fictícios para as mulheres (grupo ou secretaria de mulheres), sem orçamento e sem influência sobre as questões centrais; e, o esvaziamento de cargos e funções conseguidos por mulheres dentro das organizações sociais.
- Faltam ferramentas metodológicas que facilitem o trabalho na perspectiva de gênero nas comunidades.

Acredita-se que para superar as dificuldades e contribuir para a ocorrência de transformações profundas nas relações entre homens e mulheres, é fundamental a superação de preconceitos e mudanças de atitudes e de posturas perante a vida. Por isso, defende-se a importância de que sejam identificados e considerados os preconceitos, as representações e simbologias masculinas e femininas presentes nos locais de intervenção e como estão se expressando no interior das próprias organizações. A partir dessa consciência e compreensão, utilizar metodologias, estratégias e instrumentos pedagógicos que contribuam para o processo de transformação, que é realizado através de aproximações sucessivas à realidade e reconstrução de mentalidades, de atitudes e de mudanças nas regras e padrões sociais.

Entretanto, mudanças demandam tempo e investimento de esforços para que ocorram no cotidiano, pois a mudança de mentalidade⁷ não se traduz em imediata mudança de atitude⁸. Quando se consegue transformar a forma de pensar em ação, concretiza-se efetivamente o processo de mudança que se inicia no pensamento, na forma de perceber a realidade.

7. Depoimentos de agricultores e agricultoras afirmaram que no passado haviam passado por experiências traumáticas com algumas linhas de trabalho feministas, que realizaram capacitações e ações para as mulheres utilizando metodologias que contribuíram para a criação de rivalidade e divisão entre homens e mulheres. Algumas mulheres se separaram e muitas deixaram o movimento sindical ou a associação, criando dificuldades para as organizações e suas lutas.

8. A mudança de atitude é quando a consciência de gênero se traduz em mudança de comportamento de fato e a incorporação da visão de gênero acontece em todos os momentos e níveis da vida da cidadã/cidadão.

As organizações parceiras da Oxfam/PMVS demonstraram inicialmente uma dificuldade generalizada em traduzir suas crenças e iniciativas nos textos, relatórios e projetos apresentados a Oxfam; havia também problemas na operacionalização da questão de gênero nos programas e ações definidos no planejamento e no desenvolvimento das atividades planejadas. Gênero era visto como uma questão das mulheres e não de ambos os sexos. As mulheres conquistavam espaços, que acabavam sendo isolados e esvaziados de poder.

Em relação ao PMVS como um todo, gênero também estava colocado, ao início deste trabalho, como algo que caminhava, na prática, ao lado do Programa. Por exemplo, no Encontro de Parceiros, em Gravatá, houve um momento específico para a discussão de gênero, mas no momento de definição dos objetivos e ações do programa as questões de gênero não foram integradas e vinculadas aos mesmos pelos próprios parceiros. No discurso dos membros das organizações não apareciam claramente visões ou concepções de gênero integradas ao trabalho que realizavam.

Em discussões realizadas com as organizações foi observado que um dos problemas mais recorrentes para a implantação de ações de gênero tem sido a sua percepção como assunto exclusivamente das mulheres. Isto ocorre, em geral devido à adoção de estratégias que dão ênfase à mulher, sem trabalhar a relação dela com os homens e vice-versa.

Essas abordagens têm provocado resistência no processo da relação entre homens e mulheres nas organizações de público misto e junto às comunidades. Gênero acaba sendo nessas situações, tratado como "coisa de mulher" e não "da comunidade" e/ou "das organizações". Em muitos casos, gênero é inserido através de projetos/programas de mulheres, tornando-se um tema isolado e sem poder tanto em ONGs como principalmente, em organizações sindicais e/ou populares. Isto, na maioria das vezes, tem causado competição entre homens e mulheres, em vez de estimular a cooperação e o respeito pelas diferenças. Assim, ficou registrada a preocupação de sensibilizar e envolver os homens com a discussão sobre a necessidade e as vantagens do compartilhamento de poder e responsabilidade entre ambos os sexos.

Foi observado, também, que ainda existe um baixo nível de conhecimento dos instrumentos metodológicos para a realização de um trabalho na perspectiva de gênero, bem como conhecimento sobre como aplicar esses instrumentos metodológicos e didático-pedagógicos.

3. A METODOLOGIA UTILIZADA

Dona Terezinha Sabino e filhas.



A metodologia adotada pela OCA, na assessoria de gênero ao PMVS, parte da premissa que para operacionalizar gênero em um programa, projeto ou mesmo no interior de uma organização, é preciso trabalhar este aspecto no planejamento, no desenvolvimento das ações, no monitoramento e na avaliação do conjunto de atividades da organização. Acredita, ainda, que no meio rural, essas relações de gênero apresentam especificidades que têm que ser consideradas na proposta metodológica:

- A inexistência, ou pouca evidência, de metodologias que tratam as relações de gênero em ações com público misto.
- Os conceitos comumente utilizados em análises de gênero não são suficientes para analisar a realidade rural.
- A unidade de produção é o negócio e, ao mesmo tempo, o local de moradia da família.
- A cultura e a tradição perpassam as relações econômicas, sociais, familiares e individuais.
- As mudanças que se processam na sociedade em geral (no mundo, no país) refletem-se nos níveis locais em ritmos e formas diferenciadas.

Estes conceitos construídos pela assessoria, a partir de adaptação de conceitos já usados em outras áreas de conhecimento, são *"compartilhamento de poder por homens e mulheres"*, *"construção de parcerias de gênero"*, *"associação de conhecimentos e informações"* e *"negociação de interesses e necessidades de homens e mulheres"*. O objetivo, do uso desse leque conceitual, é o empoderamento da mulher em todas as dimensões da unidade familiar.

Por *"compartilhamento de poder"*, entende-se a necessidade de homens e mulheres repartirem os prazeres e responsabilidades do trabalho e da vida familiar. O poder compartilhado ocorre com a *"construção de parcerias de gênero"*, que é o estabelecimento de alianças e acordos entre homens e mulheres, em torno de objetivos comuns perseguidos.

Por sua vez, a construção dessas parcerias pressupõe a constatação de que a *"associação de conhecimentos e informações"* potencializa a ação do empreendimento familiar, melhora as condições de vida e aporta prazer e harmonia para as relações entre gêneros.

Essas relações não são construídas sem conflitos e dificuldades, mas discutir diferenças não significa, necessariamente, construir barreiras e tensões, que ocasionem rupturas e resistências para a identificação dos objetivos comuns. Por isso, é necessário trabalhar o conceito de *"negociação de interesses e necessidades de homens e mulheres"*, em que se trabalham as condições para que as mulheres tenham voz para negociar seus interesses e necessidades nas propostas coletivas.

Parte-se do princípio de que é preciso realizar a conscientização de homens e mulheres, reconhecendo que elas, geralmente, estão em posições mais desfavoráveis, necessitando ser *"empoderadas"*. Isto significa discutir as relações entre homens e mulheres, visando o respeito, a valorização e o reconhecimento da mulher como pessoa, na família, no trabalho, na comunidade e nas relações para além da comunidade (por exemplo, em conselhos municipais).

Considera-se igualmente importante na metodologia, que se trabalhe o *"convencimento"* de homens e mulheres principalmente dos homens - para a necessidade de diálogo, respeito e reconhecimento de que têm especificidades e necessidades diferenciadas.

4. AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASSESSORIA

Maria Luiza



A partir da solicitação da coordenação do PMVS, foi elaborada uma proposta para a realização do trabalho de inclusão de gênero, apresentada no Encontro de Parceiros, de abril de 2003. A proposta previa para o primeiro semestre daquele ano, a realização de visitas às dez organizações para levantar informações para a realização de um diagnóstico. E, no segundo semestre, a elaboração do relatório da pesquisa efetuada (diagnóstico) e o início das visitas para trabalhar os problemas identificados. O objetivo desta fase inicial era identificar os problemas, potencialidades e desafios para a operacionalização de gênero.

Foram realizadas as visitas iniciais e elaborado o relatório do diagnóstico da situação de gênero nas organizações do PMVS, sendo o mesmo apresentado e discutido no IV Encontro de Parceiros, em maio de 2004. Foi, também, apresentada e discutida no mesmo evento, a proposta de estratégia para a implementação das ações de gênero. Esta proposta considerava dois níveis e estratégias de ação: a) duas visitas ao ano às organizações, com a presença da assessoria, combinadas com oficinas locais de formação das equipes técnicas e de agentes sociais; b) oficinas de formação temática e encontros de parceiros, envolvendo todas as organizações que fazem parte do PMVS.

As oficinas locais tinham como finalidade contribuir para a reflexão e desenvolvimento das ações de gênero e PMA em cada organização. E as oficinas coletivas, em que participava o conjunto das organizações, tinham como objetivo a realização de intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações entre os diversos parceiros, de modo a estabelecer pontos e interesses comuns que os articulassem no PMVS.

A primeira rodada de visitas com mini-oficinas locais⁹, desta fase, foi iniciada no segundo semestre de 2004, com dois dias e meio de duração para cada oficina. Estas oficinas tratavam do conceito e do levantamento das dificuldades enfrentadas para a operacionalização de gênero em cada organização. Identificava-se, nessas ocasiões, o entendimento das organizações sobre como efetivar um trabalho na perspectiva de gênero; era, ainda, realizada uma exposição da assessoria apresentando os quatro principais enfoques de gênero, enfatizando a necessidade do empoderamento das mulheres e de tratar gênero considerando mulheres e homens. Após esta apresentação da assessoria, retornava-se à construção do conceito de gênero a partir do nível de compreensão e do enfoque traduzido pelos participantes.

Posteriormente, no mesmo evento, trabalhava-se com os elementos da prática dentro da instituição e junto ao público, observando as dificuldades e problemas trazidos pelos participantes, apresentando-se elementos e trabalhando-se de forma participativa as diretrizes para a elaboração de um plano de ação de gênero. Depois, os elementos e diretrizes para a elaboração de um plano de gênero eram discutidos. Após o evento, as organizações tinham como tarefa escrever suas estratégias e planejamento para inserir gênero no seu cotidiano. Este material era enviado à assessoria para comentários e observações.

Desde o início do trabalho foram desenvolvidos instrumentos didático-pedagógicos para ajudar na discussão com os técnicos e agentes de campo, facilitando a sua compreensão e a preparação das atividades realizadas junto às comunidades. As oficinas eram planejadas estimulando a criatividade e reflexão dos participantes, com o uso de dinâmicas e jogos.

9. Foram realizadas as duas visitas previstas no planejamento aos seguintes parceiros: CDJBC (Sergipe), Esplar (Ceará), CAATINGA (Pernambuco), Diaconia (Pernambuco) e Fetape (Pernambuco).

A segunda rodada de visitas, combinada com oficinas locais, realizou-se após quase um ano da primeira, antes da realização do V Encontro de Parceiros do PMVS, com os mesmos parceiros da primeira fase, discutindo o trabalho da organização a partir do que havia sido definido na primeira oficina. Foram realizadas, também, visitas às experiências desenvolvidas pelas organizações parceiras com as comunidades, no período de realização dessas segundas oficinas. Estimulava-se a reflexão das organizações sobre as questões trazidas da prática, apoiando-os na revisão do Plano de Ação. Os avanços e dificuldades de implementação da metodologia para a operacionalização de gênero eram constatados e discutidos.

No encontro de parceiros, em maio de 2005, foi discutida a proposta de trabalho para o período de 2005-2006, sendo definida a continuidade das ações de aprofundamento das discussões sobre a inclusão de gênero no cotidiano das organizações, através das oficinas locais, apenas com aquelas entidades que requisitassem a continuidade da assessoria. O trabalho ficou mais concentrado em Pernambuco, principalmente com a Diaconia e o Caatinga. Trabalhou-se com estas duas entidades, além do aprofundamento do trabalho de gênero, a sistematização dos avanços obtidos com as ações implementadas.

Além dessas ações, foram realizadas a partir da demanda das organizações - em 2004, 2005 e 2006 - três oficinas sobre PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação), duas em Recife e uma no Ceará, com o propósito de discutir os processos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das organizações, inserindo a concepção de gênero.

Em 2007, foi realizada a avaliação das ações do Programa Meios de Vida sustentáveis (PMVS), discutindo as estratégias de saída e o encerramento do programa.

5. ENCONTRO DE PARCEIROS: A EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO DE GÊNERO

Mulheres de Lucrécia - Afogados/PE



É importante perceber a evolução de gênero no PMVS a partir dos encontros de parceiros (2003, 2004, 2005 e 2007), das mudanças efetuadas no interior das organizações e nas ações/mudanças nas comunidades.

No primeiro ano da assessoria foi realizada uma oficina de gênero, no interior do encontro de parceiros de abril de 2003. A primeira oficina constituiu-se em momento para apresentar as propostas para o desenvolvimento da assessoria. A oficina aconteceu como um apêndice da discussão do programa. Entretanto, foi importante para entender como as organizações percebiam as questões de gênero e as diferenças de percepção de gênero no Programa. Ficou evidente, ainda, que a unidade da diversidade de projetos do PMVS ainda estava em construção.

No encontro de parceiros, realizado em maio de 2004, as preocupações e problemas de gênero passam a se explicitar melhor nas falas e, principalmente, na definição dos objetivos do PMVS. No decorrer do encontro, foi realizada uma oficina específica sobre gênero, na qual se discutiu a transversalidade na prática dos parceiros; e, se reforçou a concepção de que a transversalidade de gênero necessariamente passava pela discussão nos momentos de planejamento, monitoramento e avaliação da organização.

Nesse encontro, em 2004, foi verificada a necessidade de realizar uma oficina sobre metodologias e instrumentos para o monitoramento de projetos¹⁰. O intercâmbio de experiências e informações foi também analisado e destacado como um item que as organizações necessitavam dar maior atenção.

No encontro de parceiros, em maio de 2005, a temática de gênero foi considerada no decorrer de todo o evento, deixando de ser abordada apenas em uma oficina específica sobre a temática, estando presente nas falas e nas apresentações das ações realizadas pelas organizações parceiras da Oxfam.

O encontro de parceiros de junho de 2007 manteve o ritmo de crescimento e maturidade das organizações e do programa. Gênero esteve presente do início ao final do encontro, ao serem discutidas as ações das organizações e o desenvolvimento do PMVS. Os debates se deram em um clima de harmonia, houve abertura para discutir as diferenças e foi ressaltado o crescimento da perspectiva de gênero.

A dificuldade das organizações em registrar as informações, no começo da parceria com a Oxfam, ficou evidente na oficina de avaliação e encerramento do programa, em 2007. As organizações não conseguiram comparar os resultados atuais com a situação inicial, por falta de dados mais concretos sobre os primórdios dos projetos. Por outro lado, os números apresentados - referentes ao presente - demonstram que agora efetuam anotações, que permitirão análises quantitativas e qualitativas mais apuradas no futuro.

Porém, mesmo nos dados recentemente coletados, permanecem algumas lacunas como números que permitam analisar o equilíbrio da participação de mulheres e homens em projetos mistos. Ou, ainda, a comparação do número de propostas específicas de mulheres com o número de propostas a partir das necessidades dos homens. A comparação dos projetos coordenados por mulheres, em relação àqueles coordenados por homens; e, as ações em que homens e mulheres compartilham a coordenação de modo equilibrado. Foram ressaltadas algumas mudanças na composição da equipe, equilibrando a participação de gênero através da contratação de mulheres para a equipe técnica de algumas das organizações.

10. Esta oficina foi realizada em outubro de 2004, com a presença da maioria dos parceiros do PMVS.

Joel na Feira de Ouricuri/PE



O encontro de parceiros de 2007 evidenciou, também, as crescentes dificuldades para a captação de recursos, com a saída de organizações da cooperação internacional do Brasil e com a mudança de foco daquelas que permanecem no país. Foi enfatizado, ainda, que os projetos com recursos governamentais demoram a ser disponibilizados e, geralmente, não apóiam o pagamento de salários permanentes, trazendo problemas para a execução das propostas.

A consciência sobre as dificuldades que ainda persistem e a clareza sobre o que necessitam fazer para amenizar tais dificuldades é, sem qualquer dúvida, igualmente um avanço e demonstração de maturidade das organizações.

Evidentemente, que todos esses avanços e consciência dos problemas na inclusão de gênero e PMA obtidos pelo PMVS não se deram por acaso. Foi um processo cumulativo de reflexão e de interiorização de conceitos, mesmo que nem sempre a percepção dessas temáticas ocorresse de forma igual para todas as pessoas das organizações.

SEGUNDA
PARTE

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

DE ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
DO PROGRAMA MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS (PMVS)

1. A EXPERIÊNCIA DA ONG DIACONIA: O PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

A organização não governamental Diaconia foi criada em 1967, por igrejas evangélicas brasileiras, com a missão de “servir aos excluídos da sociedade”. Desde 1984, direcionou suas ações para o Nordeste do Brasil por esta região concentrar parcela significativa da população excluída do Brasil. Em 1997, foram criados os três programas que configuram o quadro atual da ação da organização: o Programa de Promoção da Criança e do Adolescente (PPCA); o Programa de Apoio à Ação Diaconal das Igrejas (PAADI); e, o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PAAF).

A Oxfam, desde início de 2002, tem apoiado as ações do PAAF, que tem como eixo orientador a agroecologia, defendendo uma visão sistêmica da realidade, integrando a agricultura com aspectos ecológicos, sociais, políticos e econômicos, funcionando como agente educativo e motivador de transformações das bases sociais e produtivas do meio rural no semi-árido brasileiro. Além disso, tem buscado incorporar a perspectiva de gênero e de segurança alimentar em suas ações voltadas para os desenvolvimentos regional, comunitário e familiar, mostrando para as famílias a importância da diversidade da produção e a utilização dos produtos sem agrotóxico não somente para a venda, mas também para a alimentação.

Esta visão sistêmica habilita o programa a contribuir para o desenvolvimento humano e sustentável de famílias agricultoras discutindo a participação, o equilíbrio das relações de poder e de igualdade de oportunidades para homens e mulheres - de diferentes gerações e raças/etnias - contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido brasileiro, tendo como um de seus elementos fundamentais a atuação em redes e parcerias. Neste âmbito, participa de várias redes e articulações (ASA Brasil, ASA-PE, ASA-RN, ANA-NE, entre outras) e de Conselhos (CONSEA-PE, Conselho de Desenvolvimento SustentávelPE) e fóruns municipais de desenvolvimento sustentáveis.

Além da parceria com a Oxfam, o programa também tem sido apoiado pela Fundação Luterana Mundial e outras organizações internacionais. O programa tem estabelecido, ainda, relações com projetos e programas governamentais (Projeto RENASCER PE, Programa de Desenvolvimento Solidário - RN, Projeto Dom Helder Camara, dentre outros).

Essas parcerias têm permitido ao programa viabilizar sua ação local articulando atividades produtivas e de acesso a mercado com ações de mobilização social para a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar e a promoção de gênero e segurança alimentar, no semi-árido nordestino brasileiro.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE AÇÃO DA DIACONIA

Crianças de Tapuretama/PE

O ALTO PAJEÚ

O PAAF atua em 13 municípios do Alto Pajeú, no Estado de Pernambuco (PE); e, em 7 municípios do Rio Grande do Norte (RN).



O território abrange os municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Quixaba, Brejinho, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertânia (Moxotó), Solidão, Tabira e Tuparetama, no Semi-Árido Pernambucano.

A microrregião tem uma população total de 204.393 residentes permanentes, estando 45% na área urbana e 55% na rural. A população feminina é maior do que a masculina, representando respectivamente 41% e 39% do total da população de 10 anos a mais. As crianças de 0-9 anos significam menos de 20% da população total.

Composição da População no Alto Pajeú

Município	POPULAÇÃO					
	Homem (10 anos a mais)	Mulher (10 anos a mais)	0-9 anos (sem informação sobre sexo)	Rural	Urbano	Total
1. Afogados da Ingazeira	12.474	13.734	6.714	9.773	23.149	32.922
2. São José do Egito	11.518	12.282	5.668	11.773	17.695	29.468
3. Carnaíba	6.836	7.041	3.819	11.136	6.56	17.696
4. Quixabá	2.632	2.614	1.609	4.547	2.308	6.855
5. Brejinho	2.937	2.836	1.506	4.889	2.389	7.278
6. Igaraci	4.601	4.748	2.221	6.262	5.308	11.57
7. Ingazeira	1.8	1.789	978	2.439	2.128	4.567
8. Itapetim	6.03	6.189	2.547	7.175	7.591	14.766
9. Santa Terezinha	3.927	4.179	2.145	4.383	5.868	10.251
10. Sertânia	12.235	13.208	6.214	14.61	17.047	31.657
11. Solidão	2.112	2.108	1.312	4.229	1.303	5.532
12. Tabira	9.348	9.796	4.921	8.121	15.944	24.065
13. Tuparetama	3.079	3.279	1.408	1.96	5.806	7.766
Total	79.529	83.803	41.062	91.297	113.096	204.393

Fonte: IBGE. Censo 2000 e Amostra Populacional 2001.

As ações da Diaconia estão concentradas nos municípios de Afogados da Ingazeira, São José do Egito e em parte de Tuparetama. Os dois primeiros municípios são os mais populosos, constituindo respectivamente 16% e 12% da população total da microrregião e, conjuntamente 28% do total de residentes permanentes.

A SAÚDE E O SANEAMENTO

A situação de atendimento de saúde na microrregião do Pajeú é precária, existindo apenas 113 estabelecimentos médicos, sendo que desses apenas 91 estão conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando-se o número total da população em relação ao número total de estabelecimentos, encontra-se 1.809 pessoas para cada um desses estabelecimentos, com apenas 720 leitos hospitalares disponíveis (284 pessoas por leito). E quando se considera somente o número de estabelecimentos conveniados ao SUS, a média aumenta para 2.246 habitantes por estabelecimento (311 por leito).

O serviço público que atende o maior número de domicílios na microrregião é o de água encanada (29.017), em seguida a coleta de lixo (26.485) e por último, residência com esgoto de banheiro ligado à Rede Geral (19.895), conforme pode ser observado no quadro seguinte.

Situação de Saneamento e do Acesso a Equipamentos de Saúde no Pajeú

Município	POPULAÇÃO							
	Residência com esgoto de banheiro ligado à rede Geral. (n _e)	Residência com água encanada ligada à Rede Geral. (n _e)	Residência com lixo coletado (n _e)	Leito		N. de estabelecimento de saúde	Óbitos	
				Hospital			Hospital	
				Total	SUS		H	M
1. Afogados da Ingazeira	5.304	6.296	5.837	181	161	23(16 c/SUS)	38	47
2. São José do Egito	3.569	5.033	4.412	213	213	22(18 SUS)	30	31
3. Carnaíba	739	1.879	1.431	7	7	3 (3 SUS)	15	15
4. Quixabá	84	515	353	0	0	3 (3 SUS)	15	15
5. Brejinho	556	619	613	24	24	5 (5 SUS)	1	0
6. Igaraci	278	1.441	1.136	16	16	4 (4 SUS)	15	15
7. Ingazeira	320	445	337	0	0	4 (4 SUS)	15	15
8. Itapetim	1.054	1.915	1.782	30	30	3 (3 SUS)	0	1
9. Santa Terezinha	959	1.074	1.027	12	12	5 (5 SUS)	15	15
10. Sertânia	2.916	3.767	3.81	107	101	20(17 SUS)	2	1
11. Solidão	171	358	235	20	20	5 (5 SUS)	15	15
12. Tabira	3.289	4.062	3.932	71	35	12 (9 SUS)	7	5
13. Tuparetama	656	1.613	1.58	39	39	4 (4 SUS)	4	0
Total	19.895	29.017	26.485	720	658	113.(91 SUS)	172	175

Fonte: DATA/SUS/MS, 2005.

Analisando-se o número de mulheres e homens, com mais de 10 anos, em relação ao número total de estabelecimentos observa-se que existem 742 mulheres e 704 homens por estabelecimento médico. No caso de se considerar apenas os estabelecimentos conveniados ao SUS, são 921 pessoas do sexo feminino e 874 do sexo masculino por estabelecimento.

O saneamento é precário, principalmente nas áreas rurais. O lixo fica espalhado pela propriedade; ou é queimado e enterrado. As pequenas propriedades que utilizam agrotóxicos, não têm os cuidados necessários (utilizam doses excessivas, jogam os frasco vazio em qualquer parte do terreno). Isto provoca prejuízos e a contaminação do meio ambiente, mesmo àquelas unidades produtivas que trabalham com a agroecologia.

A relação de recém-nascidos de gestantes com quatro ou mais consultas pré-natal nos municípios do Alto Pajeú, segundo dados coletados em 2003 (Unicef, março de 2005), apresentou índices considerados bons (> 90%) e razoáveis (entre 75% e 90%), aparecendo o Município de Sertânia (81,1%) como a pior situação e o Município de Brejinho (95,5%) com o maior índice, seguido pelos Municípios de Santa Terezinha (94,8%) e Afogados da Ingazeira (94,2%). São José do Egito (91,7%) e Tuparetama (90,8%).

O quadro de prevalência de desnutrição de crianças menor de 2 anos nas áreas cobertas pelo Pacs e PSF na primeira semana de 2004 (Unicef, 2005), em municípios do Alto Pajeú, foi a seguinte:

Prevalência de desnutrição em crianças de 2 anos nas áreas cobertas pelo PACS e PSF.

Primeira Semana de 2004 (Unicef, 2005)

Municípios	%	Situação
São José do Egito	3,25	Boa
Iguaraci	5,34	Razoável
Brejinho	5,38	Razoável
Quixaba	7,19	Razoável
Tuparetama	7,58	Razoável
Sertânia	7,92	Razoável
Itapetim	8,50	Razoável
Santa Terezinha	8,86	Razoável
Solidão	9,54	Razoável
Carnaíba	13,62	Ruim

Fonte: O Semiárido brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes, UNICEF, 2005.
Situação: boa (< 4%); Razoável (entre 4 e 10%); Ruim (> 10%)

A melhor situação encontrada, em relação à prevalência de desnutrição em crianças menores de dois anos, segundo os dados do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa Saúde da Família (PSF), é em São José do Egito (3,25%) e a pior em Carnaíba (13,62%). Entretanto, não temos informação sobre o alcance da cobertura desses programas.

A EDUCAÇÃO

No Alto Pajeú, existem 2.124 docentes contratados para o ensino fundamental, em toda a microrregião, atendendo 48.605 alunos, o que significa 1 professor (a) para cada 23 crianças matriculadas. Portanto, o número de professores (as) é suficiente para atender o número de matrículas realizadas.

O número de professores (as) do Ensino Médio, em relação ao número de docentes do Ensino Fundamental decaiu de 2.124 para 667 (aproximadamente 69%). Relacionando o número de estudantes inscritos e o número de professores (as) encontra-se que, em média, existem 15 inscritos para cada professor (a).

Este é um número relativamente baixo de alunos por professor (a), o que possivelmente se deve ao empreguismo no setor público, ligado às questões políticas; e, ao abandono dos estudos pelos jovens (homens e mulheres) para trabalharem. Isto ocorre com maior frequência nas áreas rurais, inclusive porque as Escolas de Ensino Médio são distantes e os jovens trabalham desde criança na agricultura. Mas, também, acontece com os jovens pobres dos aglomerados urbanos e na sede dos municípios rurais.

O número de matrículas efetuadas no ensino fundamental soma 48.605, que comparada à população total da microrregião representa 4 pessoas, em média, para cada matrícula efetivada, o que não é uma média problemática no geral. As matrículas do Ensino Médio, em referência ao Ensino Fundamental, diminuíram consideravelmente de 48.605 para 9.741 (cerca de 80%).

No quadro exposto em seguida, elaborado com base nos dados do IBGE, pode-se constatar a distribuição do número de matrículas e de docentes por município e por nível escolar.

Distribuição do Número de Matrículas por Município e por Nível de Escolaridade.

Município	EDUCAÇÃO				
	População	N.º de matrícula Ensino Fundamental	N.º de matrícula Ensino Médio	N.º de docente Ensino Fundamental	N.º de docente Ensino Médio
1. Afogados da Ingazeira	32922	8160	1842	317	119
2. São José do Egito	29468	6340	1605	284	119
3. Carnaíba	17696	4360	818	192	44
4. Quixaba	6855	2341	264	90	23
5. Brejinho	7278	1813	297	68	10
6. Igaraci	11570	2579	486	126	36
7. Ingazeira	4567	1051	235	58	23
8. Itapetim	14766	3055	466	138	16
9. Santa Terezinha	10251	2482	562	103	37
10. Sertânia	31657	7116	1382	378	143
11. Solidão	5532	1855	184	74	10
12. Tabira	24065	5453	1040	222	57
13. Tuparetama	7766	2000	560	74	30
Total	204393	48605	9741	2124	667

Fonte: IBGE INEP/MEC, 2006.

Em síntese, apesar das estatísticas favoráveis em termos da relação quantitativa entre alunos (as) e professores (as), não se pode garantir que todos esses profissionais estejam efetivamente nas salas de aula e com formação consistente e sólida. O salário é baixo, não há cursos de atualização e aprimoramento, agravando-se o problema nas áreas rurais e nas escolas públicas das cidades. Geralmente, existem escolas da 1ª a 4ª série do ensino fundamental nas áreas rurais; e, da 5ª a 8ª somente nos aglomerados urbanos maiores ou nas sedes dos municípios.

MÉDIO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE

A Diaconia concentra suas atividades em quatro, dos sete municípios em que atua: Caraúbas, Lucrecia, Rafael Godeiro e Umarizal. Esses municípios ficam na Região do Apodi, que é uma área seca, com a presença de elevações e com um fluxo regular de turistas que vão visitar cavernas e a beleza natural do local.

A população total de Caraúbas, Lucrecia, Rafael Godeiro e de Umarizal somam 36.073 habitantes, desses 69% habitam em áreas urbanas e 31% em áreas rurais. A população feminina representa 51% do total da população e a masculina 49%, conforme se pode observar nos quadros seguintes.

Distribuição da População no Médio Oeste Potiguar - 2000

Município	População				
	Total	Homem	Mulher	Urbana	Rural
Rafael Godeiro	2.953	1.525	1.428	1.752	1.201
Caraúbas	18.810	9.295	9.515	12.304	6.506
Lucrecia	3.218	1.586	1.632	1.932	1.286
Umarizal	11.092	5.429	5.663	8.844	2.248
Total	36.073	17.835	18.238	24.832	11.241

Fonte: IBGE - Censo 2000 e Amostra populacional 2001

Distribuição da População por Faixa Etária - 2000

Faixa Etária	Rafael Godeiro	Caraúbas	Lucrecia	Umarizal	Total
0 -----5	250	1.720	288	1.083	3.341
5 -----10	274	1.816	345	1.086	3.521
10 -----15	300	2.169	381	1.281	4.131
15 -----20	306	2.013	379	1.230	3.928
20 -----30	506	3.070	526	1.746	5.848
30 -----40	408	2.621	443	1.521	4.993
40 -----50	279	1.853	295	1.111	3.538
50 -----60	257	1.374	234	821	2.686
60 -----70	183	1.049	155	574	1.961
70 -----+	190	1.125	172	639	2.126
Total	2.953	18.810	3.218	11.092	36.073

As crianças de 0 a 9 anos constituem 19% do total da população; os jovens, de 10 a 19 anos, representam 22%; de 20 a 59 anos, 47%; e, de 60 a mais de 70, 12%. A faixa etária de 20 a 30 anos detém a maior concentração populacional representando 16% do total da população da região.

A SAÚDE E O SANEAMENTO

A situação de saúde e saneamento dos municípios do Rio Grande do Norte, em que a Diaconia trabalha, é também precária. Os quatro municípios juntos têm disponibilidade de 81 leitos hospitalares, existindo aproximadamente 445 habitantes para cada leito. O número de leitos com SUS é reduzido, existindo apenas 30 em Umarizal, ou seja, a região tem apenas 31% dos leitos com o SUS.

Situação de Saneamento e do Acesso a Equipamentos de Saúde

Município	SAÚDE				
	Leito Hospital (no)		No de estabelecimento de saúde	Óbitos em hospital	
	Total	SUS		H	M
1. Rafael Cordeiro	15	0	3	5	2
2. Caraúbas	24	0	10	18	14
3. Lucrecia	12	0	6	2	2
4. Umarizal	84	30	11	6	7
Total	81	30	30	31	25

Fonte: DATA/SUS/MS, 2005.

Quando se analisa a disponibilidade de leitos por cada município, Rafael Godeiro tem 197 habitantes por leito disponível; Caraúbas, 784 habitantes/por leito; Lucrecia, 268 habitantes/por leito; Umarizal, 370 habitantes/por leito. A pior situação de disponibilidade de leito por habitante é de Rafael Godeiro e a melhor é de Caraúbas.

Em Rafael Godeiro são 984 habitantes por estabelecimento hospitalar; em Caraúbas, 1881 habitantes/por estabelecimento hospitalar; em Lucrecia, 536 habitantes/por estabelecimento hospitalar; em Umarizal, 1008 habitantes/por estabelecimento hospitalar.

No conjunto dos municípios, o principal tipo de escoamento é realizado através de fossas (6744 domicílios), representando 73,4% do total dos domicílios. Em seguida, estão os outros tipos de escoamento (sem banheiros ou sanitários), significando 17,2% dos domicílios. Em terceiro lugar, vêm os domicílios com ligação à rede geral, que representam 5,8%. E, por último, o escoamento através de valas, 3,6% do total dos domicílios.

Lucrecia apresenta a melhor situação de esgotamento sanitário, havendo 57,7% (452) do total dos domicílios ligados à rede geral de esgoto; 37,9% dos domicílios com fossa; e, apenas 2,0% com valas e 2,4% outros tipos (sem banheiros, nem sanitários).

Tipo de Escoamento

Município	Rede geral	Fossa	Vala	Outros (1)	Total
1. Rafael Cordeiro	1 (0,1%)	667 (84,4%)	14 (1,8%)	108 (13,7%)	790 (100%)
2. Caraúbas	73 (1,6%)	3.340 (70,7%)	98 (2,0%)	1.212 (25,7%)	4.723 (100%)
3. Lucrecia	452 (57,7%)	297 (37,9%)	15 (2,0%)	19 (2,4%)	783 (100%)
4. Umarizal	9 (0,4%)	2.440 (84,3%)	200 (6,9%)	244 (8,4%)	2.893 (100%)
Total	535	6.744	327	1.583	9.189

Fonte: IBGE 200

Nota: (1) Não tinham banheiros e nem sanitários

A situação de saúde das crianças menores de dois anos é boa somente em Lucrecia, onde o percentual de desnutrição infantil é de apenas 1,66%. A pior situação é a de Umarizal, em que a ocorrência de desnutrição, na mesma faixa etária menor de dois

Prevalência de desnutrição em crianças de dois anos nas áreas cobertas pelo PACS e PSF Primeira Semana de 2004 (UNICEF, 2005)

Município	%	Situação
1. Rafael Cordeiro	9,57	Razoável
2. Caraúbas	4,57	Razoável
3. Lucrecia	1,66	Boa
4. Umarizal	10,34	Ruim

Fonte: O Semiárido brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes, UNICEF, março de 2005.
Situação: boa (< 4%); Razoável (entre 4 e 10%); Ruim (> 10%)

A EDUCAÇÃO

No Rio Grande do Norte, nos quatros municípios da área de intervenção da Diaconia, a quantidade de pessoas matriculadas no ensino fundamental (9.433) representa cerca de 4 pessoas, em média, por matrícula realizada. No ensino médio, o número de pessoas matriculadas (2.014) significa aproximadamente 18 pessoas por matrícula efetuada. O número de alunos (as) por professor, no ensino fundamental, é da ordem de 20 alunos (as) por professor. E, no ensino médio, são quase 27 estudantes por professor. No quadro abaixo, elaborado com base nos dados do IBGE, apresenta-se a distribuição do número de matrículas e de docentes por município e por nível escolar:

Distribuição do Número de Matrículas por Município e por Nível de Escolaridade.

Município	População	EDUCAÇÃO 2005			
		Nº de mat. Ensino Fundamental	Nº de mat. Ensino Médio	Nº de docente Ensino Fundamental	Nº de docente Ensino Médio
1. Rafael Cordeiro	2953	1041	106	62	12
2. Caraúbas	18810	4804	986	232	30
3. Lucrécia	3218	756	267	45	9
4. Umarizal	11092	2832	655	128	24
Total	36073	9433	2014	467	75

Fonte: IBGE INEP/MEC, 2006.

A situação da educação, em uma primeira análise, parece boa. Entretanto, é importante levar em consideração que, em geral, da mesma forma que se observou no caso do Alto Pajeú, isto se deve ao número de empregos públicos criados e não necessariamente se traduz em melhor qualidade de ensino.

1.2. AS AÇÕES DO PAAF/DIACONIA PARA FORTALECER AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM SUAS ÁREAS DE TRABALHO

João Mazena e Dona Severina



O objetivo do projeto de parceria entre Oxfam e PAAF/Diaconia era fortalecer os processos de produção agroecológica e o acesso aos mercados locais na perspectiva da geração de renda e melhoria da qualidade de vida, com a inclusão das mulheres, em igualdade de condição com os homens. As ações da organização para alcançar esses objetivos são:

- Atividades para acesso aos mercados locais, como as feiras agroecológicas, vendas para os comerciantes e famílias locais.
- Realização de cursos e treinamentos para a inclusão de gênero.
- Realização de pesquisas e experimentações participativas no campo da agroecologia.
- Formação de grupos de amigos e amigas das feiras agroecológicas.
- Treinamento de multiplicadores em agroecologia, para o processo de difusão de agricultor para agricultor.

- Organização e formação de associações agroecológicas.
- Participação em articulações, redes, fóruns e conselhos municipais de formulação de políticas públicas.
- Formação em agroecologia, vários intercâmbios às experiências agroecológicas.
- Sensibilização institucional sobre abordagens agroecológicas.

A opção de trabalhar as relações de gênero, junto a público misto, enfrenta uma série de desafios como, por exemplo, as relações patriarcais entranhadas no cotidiano das pessoas; e, também, o medo de homens e mulheres de mudarem suas concepções e encararem a vida através de uma nova perspectiva. A equipe do PAAF/Diaconia tinha, em início de 2003, resistência em considerar a perspectiva de gênero em sua ação.

A posição receosa das equipes de campo da organização, formadas basicamente por homens, devia-se a experiências anteriores, em que vivenciaram esses tipos de problemas. Por outro lado, estava também referenciada na falta de compreensão do que significava, na prática, trabalhar gênero em uma perspectiva de relação entre homens e mulheres.

Em 1999, no início da Pesquisa Participativa, não havia a participação das mulheres. A partir de 2001, as mulheres começam a participar timidamente das atividades. A partir de 2002, aumenta a discussão sobre as relações de gênero.

A Oxfam, através da disponibilidade de horas de assessoria, contribuiu para a discussão e mudanças relacionadas a gênero no PAAF/Diaconia, apoiando a equipe a superar a visão de gênero como uma questão que “divide homens e mulheres, enfraquecendo o movimento e causando problemas nas comunidades” e “como uma intervenção que acaba por causar separações e desentendimentos”.

Inicialmente, foram realizadas oficinas para conscientizar e formar os técnicos e agentes de campo, apoiando-os a superar dificuldades e resistências a trabalhar a temática. Técnicas de teatro, desenhos e jogos, foram bastante utilizados como instrumentos pedagógicos. No processo de discussão nas oficinas, foi identificado que a equipe necessitava de um número mais equilibrado de homens e mulheres. Isto determinou a decisão da organização em priorizar a contratação de mulheres.

Outro tema bastante abordado nos eventos de capacitação de técnicos e agentes de campo foi o trabalho com as comunidades, o discurso, a abordagem e a postura do técnico ou do agente ao visitar essas comunidades. Por exemplo, os técnicos e agentes de campo ao chegarem às casas dos agricultores e agricultoras, para discutirem a implantação de propostas de recursos hídricos (barragens subterrâneas, cisternas), procuram unicamente pelo homem, ignorando as esposas; e, também, não incentivam a participação das mulheres na identificação e discussão de projetos e propostas técnicas, deixando de aproveitar a experiência acumulada por elas.

Foram, também, planejados momentos para que conhecimentos e experiências de homens e mulheres pudessem ser compartilhados e potencializados, dando oportunidade para as pessoas aprenderem ou exercitarem uma atividade a partir de sua identificação com a mesma, independente de seu sexo. Assim, homens e mulheres poderiam ser capacitados em atividades como, por exemplo, construção de cisterna, em apicultura, em fabricação de queijos ou doces caseiros.

Porém, as transformações nas relações de gênero são progressivas e graduais, uma vez que implicam em mudanças de concepção de mundo, de valores e de comportamentos, que são perpetuados por tradições, cultura e muitas vezes considerados imutáveis. Essas dificuldades perpassam a própria equipe e suas relações no âmbito individual, familiar e público.

1.3. RESULTADOS OBTIDOS

Há mais de 20 anos trabalhando no Alto Pajeú, a Diaconia conta com o reconhecimento das lideranças e organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, portanto sua adesão aos esforços de outras organizações em promover relações de gênero mais igualitárias tem sido de fundamental importância para a realização de atividades de capacitação e de incentivo à participação das mulheres.

A Casa da Mulher, organização não governamental (ONG) feminista, é uma das parceiras da Diaconia ao nível local, participando conjuntamente das ações referentes às feiras agroecológicas, inclusive acompanhando um Grupo de Mulheres que produz e comercializa na Feira de Afogados da Ingazeira.



Dona Antônia Mazena na sua horta

Segundo a coordenadora daquela ONG, a partir de uma reflexão sobre a ação na perspectiva de gênero no presente e no passado da Diaconia, houve avanços significativos na postura e na compreensão da temática pela equipe local o que se reflete no maior empoderamento e participação das mulheres na discussão sobre a organicidade das feiras.

Essa participação das mulheres e dos jovens nos processos de produção e comercialização é crescente, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Entretanto, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a perspectiva de gênero estruturando toda a ação da Diaconia.

Na maioria das famílias que comercializam nas feiras seus produtos agroecológicos, o controle do que é vendido e a administração do dinheiro fica com as mulheres e com os jovens. Geralmente, mulheres e jovens têm maior escolaridade e, portanto mais facilidade para efetuar os registros para controle das vendas e da renda apurada.

Vários são os indicadores dos avanços gradativos que vêm ocorrendo a partir do desenvolvimento de ações para o fortalecimento da produção, para o acesso aos mercados locais e para a inclusão e empoderamento das mulheres.

Em 2002 eram 04(quatro) famílias comercializando em 02(duas) feiras agroecológicas. Em cinco anos, o número de famílias aumentou para 77 comercializando em 07(sete) feiras agroecológicas. São 34 mulheres participando do processo de produção, comercialização, coordenação das feiras agroecológicas e associações agroecológicas. As diretorias das associações agroecológicas são compostas por 40% de mulheres.

Houve aumento significativo da participação de mulheres nas comissões locais do P1MC, estimulado pela Diaconia e organizações parceiras. Foi tomada, ainda, a resolução de que todos os documentos e contratos para o desenvolvimento de projetos devem ser assinados pelo casal e não apenas pelo homem.

Em 2004, 49,17% das famílias tinham renda inferior a um salário mínimo; 42,84% tinham entre um e três salários mínimos; e, apenas 7,98% tinham mais de três salários mínimos. Em 2007, 41,63% das famílias têm renda inferior a um salário mínimo; 40,81% entre um e três salários mínimos e 17,55% mais de três salários mínimos.

Em 1999, os agroecossistemas possuíam duas ou três espécies frutíferas, além do milho, feijão, batata doce e mandioca. Em 2007, são 76 produtos cultivados: hortaliças, frutas, legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, bolos, doces, mel, rapadura, mudas, artesanato, queijos, ovos, animais abatidos, etc.

No Rio Grande do Norte, as agricultoras e agricultores, através da Associação Agroecológica Oeste Verde AAOEV estão comercializando seus produtos com a CONAB e com o Governo estadual para hospitais, escolas, creches e casa de idosos.

Na compreensão da equipe do PAAF/Diaconia, as principais aprendizagens relativas a gênero no desenvolvimento do projeto foram: i) a importância de investir em atividades específicas voltadas para as discussões sobre gênero; ii) a importância da qualificação da equipe técnica na perspectiva da abordagem das relações sociais de gênero; iii) as experiências desenvolvidas por mulheres e homens, com igualdade nas relações entre ambos os gêneros, apresentam melhores resultados produtivos.

Em conclusão, ao finalizar o ciclo do projeto de parceria com a Oxfam, observa-se que há uma forte expressão das mulheres nas atividades produtivas, nas dinâmicas de comercialização e nas atividades de capacitação e formação. A participação das mulheres no planejamento das atividades dos agroecossistemas contribui, sem qualquer dúvida, para melhoria da segurança alimentar e hídrica, para o aproveitamento dos espaços e para potencializar os subsistemas e aumento da (agro) biodiversidade.

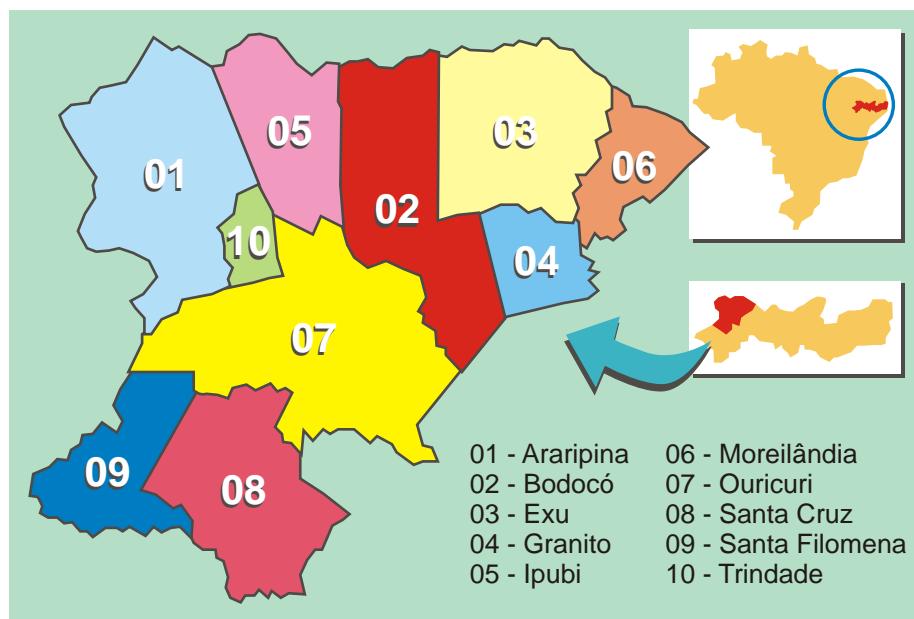
2. :AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ARARIPE: A EXPERIÊNCIA DA ONG CAATINGA

Dona Maria e Seu Odílio



O Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas- CAATINGA é uma organização não governamental fundada em 1988, com a missão de construir uma proposta de intervenção de educação e desenvolvimento agroecológico para servir de referencial para as políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar da região semi-árida brasileira. Entretanto, sua história começa ainda em 1986, quando foi implantado, no município de Ouricuri, o Centro de Tecnologias Alternativas CTA, que era ligado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional FASE.

Nos seus 19 anos de existência foram formuladas, testadas e desenvolvidas propostas tecnológicas e procedimentos agroecológicos visando garantir a sustentabilidade das propriedades do semi-árido. Exemplificando, a cisterna de placas, que consegue armazenar água de boa qualidade para o consumo de uma família de seis pessoas durante o período de estiagem normal, ou a barragem subterrânea, que aumenta a capacidade de utilização da água das chuvas para a produção de frutas, cereais e alimento para os animais, e onde a família consegue produzir até duas safras por ano. As mais de 100 técnicas e procedimentos, geradas e desenvolvidas pela organização, são produtos da interação direta entre o saber local e os conhecimentos técnicos e acadêmicos.



A área de atuação do Caatinga é o Sertão do Araripe, no semi-árido nordestino, constituído por 10 municípios, mostrados no mapa acima.

A sede da organização é no município de Ouricuri. A ação direta nas comunidades está localizada, principalmente, nos municípios de Ouricuri (local em que se encontra a sede da organização), Bodocó, Santa Cruz e Santa Filomena.

O Caatinga é um parceiro antigo da Oxfam, com a qual está desenvolvendo um projeto com recursos da União Européia (com a participação também da Novib e da Intermon), cujo objetivo é melhorar as condições de vida dos agricultores e das agricultoras familiares pobres da região semi-árida do Nordeste Brasileiro.

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE AÇÃO DO CAATINGA

No Sertão do Araripe, são 277.362 habitantes, estando 55% nas áreas rurais e 45% nas áreas urbanas. Os municípios com maior número de habitantes são Araripina e Ouricuri, que juntos são responsáveis por 46% da população do território, conforme é possível constatar no quadro abaixo.

Composição da População no Sertão do Araripe

Município	POPULAÇÃO					
	Homem (10 anos a mais)	Mulher (10 anos a mais)	0-9 anos (sem informação sobre sexo)	Rural	Urbana	Total
Araripina	26.148	27.564	17.186	36.247	34.651	70.898
Bodocó	11.929	11.946	7.856	22.429	9.302	31.731
Exu	12.147	12.542	7.734	20.904	11.519	32.423
Granito	2.330	2.386	1.394	4.509	1.601	6.110
Ipubi	8.482	8.877	5.683	9.603	13.439	23.042
Moreilândia	4.333	4.437	2.446	5.530	5.586	11.116
Ouricuri	21.179	21.784	13.770	30.125	26.608	56.733
Santa Cruz	4.339	4.212	2.713	8.403	2.861	11.264
Santa Filomena	4.686	4.499	2.930	10.422	1.693	12.115
Trindade	8.045	8.516	5.369	4.735	17.195	21.930
Total	103.618	106.763	67.081	152.907	124.455	277.362

Fonte: IBGE Censo 2000 e Amostra Populacional 2001.

Em relação à quantidade de homens e mulheres, a população feminina representa 51% do número total de ambos os sexos da faixa acima de dez anos. A população de 0 a 9 anos significa 24% do total da população na região.

A SAÚDE E O SANEAMENTO

A situação de saúde e saneamento do Sertão do Araripe é precária, como a da maioria das regiões do semi-árido. A disponibilidade de leitos hospitalares é de cerca de 455 habitantes por cada leito. Em termos de estabelecimentos de saúde, são 2.371 habitantes por cada um desses estabelecimentos. São poucas as residências com água encanada ligadas à Rede Geral e menos ainda as residências com esgoto de banheiro ligado à Rede Geral. Isto pode ser comprovado abaixo, no quadro abaixo.

Situação de Saneamento e do Acesso a Equipamentos de Saúde no Pajeú

Município	POPULAÇÃO							
	Residência com esgoto de banheiro ligado à rede Geral. (n ^o).	Residência com água encanada ligada à Rede Geral. (n ^o).	Residência com lixo coletado (n ^o).	Leito Hospital (n ^o).		N ^o de estabelecimento de saúde	Óbitos Hospital	
				Total	SUS		H	M
Araripina	4.611	7.017	7.007	170	160	27	43	40
Bodocó	801	2.611	1.943	155	55	11	0	1
Exu	234	2.430	2.251	30	30	10	1	1
Granito	173	560	353	22	22	4	15	15
Ipubi	140	724	2.310	41	41	9	1	4
Moreilândia	105	1.076	997	18	18	6	15	16
Ouricuri	3.772	5.477	3.838	167	132	28	17	20
Santa Cruz	212	759	509	24	24	8	15	15
Santa Filomena	2	761	427	0	0	1	15	15
Trindade	752	368	2.775	83	83	14	0	2

Fonte: DATA/SUS/MS, 2005.

A pesquisa realizada pela UNICEF, em 2005, mostrou que a condição nutricional das crianças do Sertão do Araripe é ruim em quase todos os municípios. Apenas em Granito foi encontrado um percentual de desnutrição considerado razoável, conforme demonstrado abaixo.

Quadro de Prevalência de desnutrição em crianças de 2 anos nas áreas cobertas pelo Pacs e PSF Primeira Semana de 2004 (UNICEF, 2005)

Município	%	Município
Araripina	14,04	Ruim
Bodocó	15,29	Ruim
Exu	13,73	Ruim
Granito	8,71	Razoável
Ipubi	12,93	Ruim
Moreilândia	15,54	Ruim
Ouricuri	15,63	Ruim
Santa Cruz	10,69	Ruim
Santa Filomena	16,30	Ruim
Trindade	14,42	Ruim

Fonte: O Semi-Árido Brasileiro e a Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças e Adolescentes, UNICEF, março de 2005. Situação: boa (< 4%); Razoável (entre 4 e 10%); Ruim (> 10%)

Uma das linhas de trabalho do Caatinga é a Educação Rural. E, dentro das atividades ligadas à educação, são desenvolvidas ações de educação alimentar e cuidados com a saúde. Isto tem contribuído para melhorar a segurança alimentar das crianças e outros membros das famílias que trabalham com a organização, mas esses resultados positivos ainda são muito localizados.

A EDUCAÇÃO



Estudante de Ouricuri/PE

A EDUCAÇÃO

Na Região do Araripe, a situação da educação encontra-se abaixo da média estadual e nacional em vários aspectos, principalmente na qualidade de ensino/aprendizagem. Essa é uma situação que acontece por uma série de fatores como a falta de acompanhamento e orientação pedagógica efetivas; ausência de programas de formação continuada para professores e professoras; desvalorização (principalmente em termos de salários) dos professores e professoras; falta de comprometimento do corpo docente; isolamento de escolas e turmas; desconexão dos referenciais nacionais com a realidade dos alunos e alunas; e, principalmente, a falta de vontade política do poder público. Esse panorama se agrava ainda mais no meio rural, o que demonstra a negação de uma educação que considere a realidade onde a escola está inserida. O quadro abaixo mostra a situação da educação em termos de número de matrículas e de docentes por nível de ensino.

Distribuição do Número de Matrículas por Município e por Nível de Escolaridade.

Município	População	EDUCAÇÃO			
		Nº de mat. Ensino Fundamental	Nº de mat. Ensino Médio	Nº de docente Ensino Fundamental	N de docente Ensino Médio
Araripina	70.898	15.174	3.098	616	160
Bodocó	31.731	8.080	1.373	386	87
Exu	32.423	8.047	1.819	395	84
Granito	6.110	1.608	425	86	31
Ipubi	23.042	6.049	1.297	242	76
Moreilândia	11.116	3.098	674	163	30
Ouricuri	56.733	13.695	455	607	113
Santa Cruz	11.264	3.170	581	120	34
Santa Filomena	12.115	3.637	476	145	15
Trindade	21.930	5.791	1.376	237	65
Total	277.362	68.349	11.565	2.997	695

Fonte: IBGE INEP/MEC, 2006.

O número de vagas no ensino fundamental é de quatro habitantes por matrícula efetuada. E, no ensino médio, essa proporção aumenta para aproximadamente 24 habitantes por matrícula. O número de professores (as) em relação ao número de alunos (as) matriculados no ensino médio é de 17 alunos (as) por cada professor(a) e no ensino fundamental 23 alunos (as) por docente.

A proporção de alunos (as) por professor (a) é aparentemente favorável, entretanto há que ressaltar que muitas vezes, principalmente nas salas de aula no meio rural, existem diversas séries em um mesmo ambiente físico.

2.2. AS AÇÕES DO CAATINGA PARA FORTALECER AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM SUAS ÁREAS DE TRABALHO

O Caatinga estabeleceu como meta incorporar gênero ao cotidiano da organização. No período de início de 2003 a meados de 2007 foram realizados seminários e oficinas locais para facilitar a reflexão, o planejamento e o acesso a metodologias para a operacionalização de gênero nas comunidades rurais. A capacitação, seguindo a orientação metodológica da Oxfam, discutia principalmente a prática da organização e como superar as dificuldades para adotar a perspectiva de gênero. A questão central que se colocava era aumentar a participação e o poder feminino em todas as atividades desenvolvidas pela entidade. As linhas de ação da organização são:

1) Crédito e capacitação para famílias de pequenos agricultores participantes dos programas de desenvolvimento agroecológico do Caatinga, que são:

- Abastecimento de água.
- Criação de animais.
- Apicultura.
- Recursos genéticos (plantas e animais adaptados à região).

2) Educação agroecológica em escolas rurais

3) Desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologias, em:

- Recursos hídricos
- Criação de animais
- Cultivos

A primeira medida tomada pelo Caatinga foi contratar mulheres para a Equipe Técnica, com a estratégia de buscar uma equiparação gradativa do número de homens e mulheres. Foi, também, estabelecida uma política de quotas (50% de mulheres) em todos os cursos, treinamentos, intercâmbios de informação e experiências, obtenção de crédito solidário, participação em cooperativas, etc.

Foram utilizadas, ainda, técnicas de diagnóstico rápido participativo (DRP) e diagnóstico organizacional participativo (DOP) para levantamento de informações e avaliação das ações da organização, atentando para o equilíbrio nas relações de gênero.

2.3. RESULTADOS OBTIDOS

A estratégia adotada pelo Caatinga permitiu alcançar resultados significativos na ampliação da participação e empoderamento das mulheres, conforme se descreve a seguir por cada linha de atividade.

CRÉDITO E CAPACITAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE PEQUENOS AGRICULTORES

Assinatura de crédito



Nas 3.052 pessoas participantes do projeto evidencia-se a *presença ativa das mulheres* nos processos de formação, no acesso a crédito, nas direções de organizações sociais e outros espaços de exercício da cidadania (STRs, Associações, Cooperativas, Conselhos e outros espaços de decisões políticas).

As mulheres - com as capacitações - passaram a compreender as linhas de crédito oficial, inclusive o PRONAF Mulher. Como resultado, 49,2 % dos créditos, liberados pela Carteira de Crédito, foram acessados por mulheres.

- Equilíbrio de gênero na composição da equipe de APAs - Agentes Promotores da Agroecologia, onde 52% (13) são mulheres; 80 % dos projetos liberados pela carteira de crédito foram elaborados pelos APAs.
- No Conselho Deliberativo da Carteira de Micro-crédito gerenciado pelo Caatinga, 30% (20) são mulheres representantes de associações rurais, sendo que uma das associações filiadas à Carteira é exclusivamente de mulheres.
- No Comitê Gestor da Carteira de Micro-crédito, 44% (5) são mulheres.
- Houve um aumento do capital financeiro da Carteira de Crédito de R\$ 440.000 no ano de 2004 para R\$ 532.000 até outubro de 2006.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Dona Terezinha na Feira

- O Comitê Gestor avançou no gerenciamento da carteira em atividades como análises criteriosas das novas propostas de acesso ao crédito, coordenação de reuniões com as associações para discutir sobre o seu funcionamento, seus balanços financeiros e seu papel junto à carteira.
- Em termos de retorno do capital, a carteira tem mantido uma situação bastante confortável, hoje com apenas 6,47% de inadimplência.
- A carteira fortaleceu as organizações das famílias agricultoras, ajudando a estruturar sistemas produtivos e estimulando um debate sobre o PRONAF.



- Existem três feiras agroecológicas (Ouricuri, Bodocó e Ipubi) instaladas, sendo as duas primeiras geridas por mulheres.
- A Feira Agroecológica de Ouricuri vendeu em média, no 1º semestre de 2006, R\$ 1.390,00 (mil trezentos e noventa reais) por mês. A média mensal, em 2006, foi de R\$ 789,00 (setecentos e oitenta e nove reais).
- A Feira Agroecológica de Bodocó vendeu nos seus três primeiros meses de funcionamento, uma média de R\$ 528,00 (quinhentos e vinte e oito reais) por mês;
- Foi criada a Comissão de Certificação dos Produtos Agroecológicos, responsável pela articulação da comercialização das feiras agroecológicas dos municípios de Ouricuri, Araripina, Bodocó e Ipubi/PE.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM COOPERATIVAS

Grupo de mulheres da Agrovila



- Na COOPEAGRA, cooperativa formada para a comercialização dos produtos dos agricultores e agricultoras familiares, as mulheres representam 44% (11) do quadro de cooperados e 45% (5) da diretoria da mesma. E, os processos de vendas no armazém Kaeteh, que é o ponto de comercialização da produção em Ouricuri-Pe, são realizados e gerenciados por duas mulheres.
- A média mensal das vendas do empório Kaeteh é da ordem de R\$ 1.746,00.
- A COOPEAGRA gerencia com autonomia o Empório Kaeteh e a unidade de beneficiamento de cortes de caprinos e ovinos. Foi instalada uma unidade de beneficiamento de animais onde são processados, em média, 8 animais por mês.
- Aumento médio de R\$ 1,50 no valor do kg de carne comercializada pela cooperativa.
- Formulação de uma proposta de crédito agroecológico e solidário apropriado à agricultura familiar do semi-árido, com a participação dos agricultores e agricultoras familiares.
- Foi aprofundado o debate sobre o crédito oficial, seus impactos nos sistemas familiares de produção e sobre o papel do associativismo na gestão do crédito alternativo.

CONCLUSÕES

É importante ressaltar que houve uma melhoria na composição e na relação entre homens e mulheres na equipe do Caatinga. Foi ampliada a capacidade dos técnicos do sexo feminino e masculino em trabalhar a questão de gênero junto às famílias.

A equipe atualmente tem condição de aplicar e repassar técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP), dominando a metodologia e as ferramentas utilizadas. Foi elaborado um plano de comunicação para a organização e contratado um profissional da área para contribuir com a produção de materiais. Com isso houve a melhoria na qualidade das publicações para difusão de conhecimento e apoio didático.

Em 2003 o CAATINGA fez uma importante mudança em sua estratégia geral de trabalho, quando decidiu, junto com as famílias beneficiadas e a Assembléia Geral, colocar o trabalho com melhoria dos sistemas de comercialização de produtos orgânicos como um dos focos centrais do trabalho. Além disso, foi estabelecida a meta de incorporar gênero em todas as ações da organização.

A criação de canais de comercialização fez com que as famílias se motivassem a investir mais e melhor em seus sistemas produtivos, tornando-se mais comprometidas com as mudanças tecnológicas necessárias. Por outro lado, o foco na comercialização passou a exigir respostas mais rápidas dos técnicos e que aprofundassem seus conhecimentos sobre os sistemas produtivos e o mercado.

Para efetuar as mudanças necessárias para a efetivação da produção e comercialização de produtos agroecológicos foram aprimorados os sistemas produtivos familiares, com implantação de tecnologias, sistemas de produção e criação de animais.

Foram, também, instaladas feiras agroecológicas, organizada e registrada uma cooperativa de produção e comercialização e uma série de outros procedimentos como criação de marca, rótulos, treinamento de agricultores e agricultoras em técnicas de venda e em gerenciamento do negócio.

As mulheres se destacaram não apenas pelo conhecimento tradicionalmente acumulado em cultivo de hortas, como pela maior facilidade delas em lidar com controles e registros. A inclusão das mulheres, não apenas como participantes, mas também como tomadoras de decisão e gestoras, contribui para os resultados favoráveis obtidos.

EXPERIÊNCIAS DE COMUNIDADE



Dona Margarida e sua família

1. A EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA GALDINO LOPES

O TRABALHO COM DIACONIA

A família vive na Comunidade Bom Sucesso, no município de Tuparetama-Pernambuco, sendo composta por José Monteiro Lopes e sua esposa Margarida Galdino Alves; os filhos José Ivan Monteiro Lopes (22 anos) e Paulo Galdino Lopes (20); a filha, Maria Helena Galdino Lopes (25), com sua filha Maria Poliana Galdino Lopes (10 anos) e o filho José Luzanildo Galdino Lopes (1 ano e 2 meses). São pessoas empreendedoras, destacando-se D.Margarida, Ivan e Paulo, preocupados em inovar e apresentar novos produtos para a comercialização.

No terreno ao lado mora a outra filha, Marluce Monteiro Araújo; o marido, Marco Antônio de Araújo; as filhas do casal, Eduarda e Daniela Monteiro de Araújo (respectivamente 6 e 4 anos); e, o filho Eduardo Monteiro de Araújo (5 anos). Marluce trabalha junto com a mãe e os irmãos na propriedade de seus pais. O marido dela e o pai - Sr. José M. Lopes - trabalham em roçados tradicionais distantes da propriedade, plantando grãos e raízes (feijão, milho, mandioca). Os demais trabalham presentemente na propriedade da família Lopes, sob a direção de Dona Margarida e do filho mais velho Ivan.

O trabalho com a Diaconia iniciou em 1998, com o "Programa Tive Sede", quando foi construído um poço de 7 metros de profundidade. Recebiam uma cesta de alimentos de 20 kg, por semana, para a escavação deste poço. Na época, a propriedade tinha muitos problemas e pouca condição para produzir, pois a água era difícil até para o consumo humano. A alimentação era pouco variada (basicamente feijão, farinha, milho) e insuficiente em termos de quantidade e qualidade para a alimentação de todos os membros da família, principalmente na época de verão e seca. Antes de iniciarem o trabalho com a Diaconia, D.Margarida e o filho Ivan já plantavam alguns temperos para uso doméstico e para vender na feira. Mas, segundo todos "era uma vida muito difícil".

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

É uma propriedade pequena, entretanto com os cursos e oportunidade de implantar um sistema agroecológico, com assistência técnica da Diaconia, a mesma foi modificada em sua totalidade (exemplificando, o melhoramento do solo com adubação orgânica e biofertilizantes). Têm, presentemente, uma diversidade de produtos na área próxima da casa: a) frutas (maracujá, manga, graviola, banana, mamão, tangerina, laranja, romã, condessa, seriguela, acerola, coco, goiaba, pinha, graviola, limão, abacaxi); b) raízes, tubérculos e legumes (batata doce, macaxeira, quiabo, berinjela, cenoura, alface, couve, tomate cereja, tomate comum, jerimum de leite, jerimum “caboco”, moranga, abobrinha, repolho, beterraba); c) temperos (alho, mostarda, cebolinha).

No roçado da Barragem Subterrânea¹¹ plantam milho, feijão, batata doce, arroz, forragem para o gado. A família tem duas barragens subterrâneas próximas uma da outra, perfazendo um total de 150 metros.

A ESTRUTURA HÍDRICA

Barragens Subterrâneas e Cisternas de Placas

Na propriedade, atualmente, além das duas barragens subterrâneas, existem ainda três cisternas (uma cisterna calçadão, que capta a água da chuva que escorre pelo chão; e duas que captam água do telhado, com capacidade de armazenamento d'água de 12 e 16 mil litros).

Poços

Têm um *poço tubular*¹² de 100 a 200 mm de diâmetro, com 60 metros de profundidade. Três *poços amazonas*¹³, sendo um de tijolo dentro da barragem grande, com 6 metros de profundidade e 3 metros de diâmetro; e, dois com anéis de concreto, dentro das duas barragens subterrâneas, um com 7 e outro com 3 metros.

Animais

Possuem uma junta de boi, quatro vacas paridas, quatro bezerros machos, seis cabeças de ovinos, um jumento, criatório de abelhas (8 caixas). Estão, também, produzindo peixe no açude para consumo das famílias e para vender nas feiras e para moradores da sede dos municípios próximos.

11. Barragem Subterrânea é uma tecnologia usada para barrar a água no interior do solo, criando uma superfície úmida durante quase todo o ano, que é aproveitada como área de plantio.

12. Este tipo de poço requer a escavação de um buraco, sendo colocado um tubo de PVC ou ferro.

13. É um tipo de poço construído com tijolos ou anéis de concreto, tendo uma profundidade média de 8 a 20 metros.

A ORGANIZAÇÃO, GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES

AS MUDANÇAS NA RENDA E NO CONSUMO

Açude

Tem um açude pequeno na propriedade, que antes secava muito rápido, mas agora tem sustentado água, a partir da influência positiva das barragens subterrâneas.

Os membros da família estão afiliados à Associação Comunitária do local onde vivem; participam em reuniões e ações da Articulação do Semi-Árido (ASA) , Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC); e, das barracas com produtos agroecológicos, nas Feiras dos Municípios de São José do Egito e de Tuparetama.

A organização da família permite um trabalho integrado entre todos e todas que dele participam. As mulheres, principalmente D. Margarida, participam das decisões do que fazer e do que priorizar em relação à aplicação dos recursos financeiros. Vários beneficiamentos foram efetuados na propriedade, tanto para melhorar as situações de instalações para a produção, como para garantir melhores condições de vida e conforto para a família. Foi comprada uma moto, construída uma igrejinha, além de aumentada e melhorada a área física da residência.

Os três principais empreendedores (D. Margarida, Ivan e Paulo) já participaram de vários cursos e treinamentos promovidos pela Diaconia e por outras organizações como a ASA e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)

Aqueles que conheceram a família anteriormente testemunharam que a mudança foi muito grande. Antes vendiam pimentão, maracujá e mamão, na Feira de Tuparetama. Mas, as quantidades eram pequenas e a renda também, pois não tinham capacidade de produzir, transportar e vender maiores quantidades.

Em relação à disponibilidade e acesso da família a alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, houve um impacto positivo das mudanças no modo de produção, no comportamento e na postura dos indivíduos perante a vida. D. Margarida fez os seguintes comentários, em relação à alimentação: "A feira faz diferença, pois garanto o alimento e sobra ainda para investir. Hoje eu produzo verdura, que como e tenho para vender e antes, eu não podia nem comprar. O conhecimento melhorou bastante. Recebemos acompanhamento técnico e participamos de eventos. Estou satisfeita, hoje meus filhos e netos podem se dedicar mais à escola".

Hoje, vendem em duas feiras, arrecadando em média R\$ 70,00 (setenta reais) a R\$ 80,00 (oitenta reais). E, segundo o agricultor Ivan, estão operando abaixo da capacidade produtiva. Pretendem aumentar a produção de maracujá e de mamão para atender a demanda existente.

CONCLUSÕES

O caso apresentado exemplifica a estreita relação entre a produção agroecológica, a geração de renda, a segurança alimentar e nutricional e gênero e geração. Isto porque quando se trabalha na perspectiva sistêmica, necessariamente há que se pensar a propriedade como um todo, inclusive as relações entre as pessoas e de uma atividade com a outra. É uma nova forma de ver e lidar com o mundo, permitindo maiores oportunidades de visualização das atividades e níveis de poder, facilitando com isso a discussão das relações de gênero e geração.

O trabalho da Diaconia foi muito importante para impulsionar vários aspectos da vida da família. A situação econômica era muito deficiente e a renda familiar não era suficiente para a alimentação adequada da família. Além de uma alimentação monótona - ou seja, a falta de diversidade no consumo alimentar - eles não tinham capital para investir na propriedade e no próprio conforto da família. A falta de recursos financeiros impedia que participassem com maior frequência de reuniões e, às vezes, até mesmo de se deslocarem para vender a pouca produção disponível.

D. Margarida ficava mais em casa e dependia do roçado do marido e dos filhos. Todo o dinheiro que ganhavam mal dava para garantir a alimentação da família. A filha solteira Maria Helena voltou de São Paulo grávida e foi acolhida com a filha na casa dos pais. A dificuldade era grande!

Presentemente, D. Margarida e os dois filhos, com a participação também das filhas, garantem no decorrer do ano maior entrada de recursos que o do roçado tradicional do pai. A mesa é farta e com alimentos diversificados. Consomem frutas e hortaliças (legumes e verduras), que são fontes de vitaminas, minerais e fibras; carboidratos (feijão, arroz, batata, mandioca, entre outras); proteína animal (peixe, carne de caprino, de bovino, de aves, ovos, queijo, leite); óleos e gorduras (manteiga, óleo). E contribuem ainda para a alimentação da família da filha casada. Todas as crianças do grupo familiar estão na escola.

Em respeito às outras famílias da microrregião trabalhada pela Diaconia, a grande maioria delas possui pelo menos uma cisterna de placa e muitas têm também barragem subterrânea. Isto representa um impacto positivo na vida das famílias de agricultores e agricultoras que passam a ter maior disponibilidade de água para beber. Além disso,

permite a diminuição do trabalho desgastante de pegar água, geralmente de má qualidade, em lugares distantes da propriedade, sobrecarregando principalmente as mulheres, crianças e jovens.

As barragens subterrâneas garantem a viabilização da produção que, associadas com a pequena irrigação, permitem cobrir uma área que garante a alimentação e a produção de hortaliças e frutas para vender nas barracas de produtos agroecológicos nas feiras municipais de Afogados da Ingazeira, São José do Egito e Tuparetama.

O aumento da produção na perspectiva da agroecologia e sua comercialização mais ampla são objetivos centrais perseguidos pelo trabalho do PAAF. A produção tem sido incentivada em todas as linhas programáticas. No P1MC, com a construção das barragens subterrâneas e aproveitamento de cacimbões; nas áreas demonstrativas dos Planos Municipais de Convivência com o Semi-Árido (PMCS), da linha de intervenção em políticas públicas; e, na própria linha de produção e comercialização, ligada às feiras agroecológicas.

Quando se fala nas Feiras Agroecológicas, na verdade está se fazendo referência a um processo de comercialização que põe em contato direto produtores e consumidores de um município. Está se tratando, também, de um esforço de mudança do modo de produção com base em agrotóxicos e produtos químicos para outro limpo e que respeita o meio ambiente, através da utilização de um conjunto de tecnologias e propostas alternativas¹⁵. Refere-se a provar na prática que a produção agroecológica é viável e auto-sustentável, garantindo melhores condições de vida e trabalho para as famílias, inclusive rentabilidade econômica. Envolve a educação e o convencimento primeiro do produtor e depois do consumidor da necessidade de mudar o hábito alimentar para produtos mais saudáveis, mostrando os ganhos em termos de saúde e nutrição. E, trata-se, ainda, da combinação, em um mesmo processo de comercialização, de homens, de mulheres, de jovens e idosos, com igualdade de participação e acesso aos recursos financeiros daí advindos.

Concluindo-se, no Pajeú, as agricultoras e agricultores envolvidos com a produção e comercialização nas feiras agroecológicas constituem-se em 17 famílias na feira de Afogados da Ingazeira e 13 na de São José do Egito. São realizadas reuniões, promovidas pela Diaconia, congregando agricultores das duas feiras. Estas reuniões conjuntas são espaços de troca de informações, levantamentos de dados de volume de produção e comercialização, de orientação técnica e de tomada de decisão sobre questões comuns às duas feiras (por exemplo, a realização de um evento de capacitação ou uma feira especial conjunta) e de exercício prático de relações igualitárias de gênero e geração.

15. Cisternas de placas (telhado, calçadão e sobre o solo); barragens subterrâneas; minhocários; composto orgânico; biofertilizante, uso de urina dos animais (uréia); fenação; dentre outras.

2. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

As Relações de Gênero nas Feiras Agroecológicas no Pajeú, no Médio Oeste Potiguar e no Araripe¹⁶.

Estados da região Nordeste



As feiras livres fazem parte da vida e do cotidiano das famílias nordestinas, especialmente nas cidades de interior em que a feira é o acontecimento da semana. São espaços de comercialização e de lazer, em que as famílias vendem seus produtos, encontram amigos e conhecidos, trocam informações, conhecimentos e materiais (por exemplo, sementes e mudas), tomam conhecimento do que ocorre na região, têm notícia dos que partiram principalmente através dos feirantes, que viajam de feira em feira com seus produtos industrializados (panelas, calçados, roupas, etc.).

As feiras são, também, o lugar onde o rural e o urbano se articulam, onde as famílias que vivem na sede dos municípios compram os produtos das famílias rurais, contratam seus serviços para a realização de trabalhos domésticos (lavagem de roupa, uma jovem para auxiliar no trabalho doméstico, mão-de-obra para a realização de construções e pequenos consertos).

Nem sempre a mulher rural participa dessas feiras. Se elas não têm uma barraca para vender o produto, os homens é que vão efetuar negócios (por exemplo, vender o feijão), fazer as compras para a casa, beber com os amigos.

16. Este texto foi escrito com o objetivo de sistematizar experiências de ONGs parceiras da Oxfam-Recife.

Grupo de mulheres do Caboré.
Lucrécia/RN



As feiras agroecológicas foram trazidas para o contexto das feiras municipais e regionais redefinindo e enriquecendo essas feiras. Trabalhar com a proposta de feiras agroecológicas significa não somente vender produtos limpos, sem agrotóxicos e produtos químicos, mas também difundir uma nova forma de produzir¹⁷ e de pensar o mundo, respeitando o meio ambiente, promovendo relações equitativas entre os membros da família, incentivando o aumento da escolarização, valorizando e empoderando a mulher. Busca-se a combinação, em um mesmo processo de produção e comercialização, de homens, de mulheres, de jovens e idosos, com igualdade de participação e acesso aos recursos financeiros daí advindos.

É efetuado um trabalho para a valorização da participação feminina e reconhecimento do papel protagonista da mulher, realçando que ela é detentora de conhecimentos acumulados historicamente, principalmente nas áreas de cultivos de hortas e roçados, na captação e gestão da água, na criação de pequenos animais, na alimentação, na educação e na saúde da família. Na proposta, a mulher ocupa um lugar central no processo de produção, comercialização e administração da feira.

17. Com utilização de tecnologias apropriadas à semi-aridez, como os diferentes modelos de cisternas de placas (telhado, calçada e sobre o solo); barragens subterrâneas; minhocários; composto orgânico; biofertilizante, uso de urina dos animais (uréia); fenação; dentre outras.



Dona Terezinha na Feira

Nessas feiras agroecológicas, a educação e o convencimento são trabalhados, primeiramente junto ao produtor e depois ao consumidor, abordando a necessidade de mudar o hábito alimentar para produtos mais saudáveis, mostrando os ganhos em termos de saúde e nutrição.

São objetivos centrais dos parceiros do Programa Meios de Vida Sustentáveis (PMVS), da Oxfam no Nordeste, o aumento da produção na perspectiva da agroecologia e sua comercialização mais ampla, considerando o empoderamento da mulher e o equilíbrio nas relações de gênero.

A FEIRA AGROECOLÓGICA NO PAJEÚ

Feira de Afogados da Ingazeira/PE



A região do Pajeú, situada no Sertão Pernambucano, localiza-se a cerca de 379 km da capital do Estado, Recife¹⁸. É uma área que sofre estiagens prolongadas, sofrendo processos de desertificação em parte do território, com solos desgastados por práticas agrícolas inadequadas e predominância de espécies vegetais resistentes às adversidades climáticas (cactáceas e outras).

A população é constituída por pessoas pobres, com pouca escolaridade, sobrevivendo da agricultura de subsistência (basicamente milho e feijão consorciados). Existem ali 14 municípios, com uma população total de 428.194 habitantes (excluindo Serra Talhada), havendo nessa área cerca de 29 assentamentos.

Não existem muitas opções de trabalho. A queima de madeira para fazer carvão é uma prática bastante utilizada na região, como alternativa para geração de renda. Existem vários fornos espalhados pelo território. É uma atividade desgastante e mal remunerada (R\$ 10,00 ou US\$ 4,38 por dia/homem e R\$ 8,00 ou US\$ 3,51 por dia/mulher).

A Diaconia, organização não governamental parceira da Oxfam, apoiou agricultores e agricultoras na instalação de bancas em duas feiras municipais: a de Afogados da Ingazeira (17 famílias); e, a de São José do Egito (13 famílias)¹⁹, com o objetivo de contribuir para a melhoria da renda familiar. Estas famílias estão envolvidas com a produção e a comercialização dos produtos agroecológicos.

18. Esta distância é referente a Afogados da Ingazeira, existindo outras cidades do Pajeú mais distantes como Serra Talhada que fica a 412 km de Recife.

19. Um dos agricultores que comercializa na Feira de São José do Egito, também vende individualmente seus produtos na Feira de Tuparetama.

Dona Margarida no seu sítio



São realizadas reuniões, promovidas pela Diaconia, congregando agricultores das duas feiras. Estas reuniões conjuntas são espaços de troca de informações, levantamentos de dados de volume de produção e comercialização, de orientação técnica e de tomada de decisão sobre questões comuns às duas feiras (por exemplo, a realização de um evento de capacitação ou uma feira especial conjunta).

A Casa da Mulher, organização feminista que atua no território, trabalha em parceria com a Diaconia no apoio às feiras. As mulheres trabalhadoras rurais participam ativamente da organização e da tomada de decisão em relação a todo o processo das feiras.

Percebem-se mudanças significativas na própria estrutura das famílias que participam do empreendimento. As mulheres se colocam lado a lado com os homens e eles reconhecem que elas são essenciais para o sucesso da proposta e que desenvolvem algumas atividades mais eficientemente que eles. Por exemplo, muitas mulheres ficam responsáveis pelo registro das vendas e pelo controle dos recursos financeiros.

As mulheres participam e são determinantes para a definição de onde empregar o dinheiro obtido pela família. Vários beneficiamentos foram efetuados nas propriedades, tanto para melhorar as situações de instalações para a produção, como para garantir às famílias melhores condições de vida e conforto. Em muitos casos, as famílias viviam anteriormente em situação de extrema penúria, com crianças e jovens sem acesso à escola e membros da família sendo obrigados a migrar em busca de trabalho.

Moradores das áreas urbanas dos municípios, compradores de produtos orgânicos das feiras, são convidados a visitar os produtores em suas propriedades e ver como os alimentos são produzidos. A visita aproxima o consumidor/a do produtor/a; cria confiabilidade em relação aos produtos; contribui para a educação do consumidor/a; e, acaba por tornar o “amigo(a) da feira” em difusor da qualidade dos produtos agroecológicos.

É crescente o interesse de agricultores e agricultoras em participar dos grupos das feiras. E, há possibilidade de crescimento dessas feiras agroecológicas no território do Pajeú, pois existe um crescente interesse e demanda dos consumidores por alimentos de qualidade.

A FEIRA AGROECOLÓGICA NO MÉDIO OESTE POTIGUAR (RIO GRANDE DO NORTE)

Lucivania e seus filhos



A Diaconia trabalha também no Médio Oeste Potiguar, sendo sua sede localizada em Umarizal, a cerca de 360 km de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte. É uma área com muitos agricultores e agricultoras pobres, possuindo um potencial turístico muito forte. Existem ali formações rochosas peculiares, com cavernas e inscrições antigas. Hotéis construídos na região já oferecem infraestrutura e exploram o turismo.

A organização de barracas de comercialização da produção agroecológica na Feira de Umarizal permitiu aos agricultores venderem seus produtos sem agrotóxico diretamente ao consumidor, rompendo com o esquema dos atravessadores. A institucionalização da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos Oeste Verde (AAOEV), foi mais um passo adiante no processo de organização da comercialização.

As mulheres participam e são fundamentais para a organização e, principalmente, para a venda dos produtos na feira. Como no Pajeú, elas jogam um papel no registro das vendas e no controle do dinheiro arrecadado. Na feira, as mulheres são reconhecidas, pelos homens que trabalham junto com elas, como boas vendedoras e mais solidárias que eles. Geralmente, vendem seus produtos e depois ajudam os homens que têm mais dificuldade.

O aumento e a diversificação da produção contribuíram para o incremento da renda das famílias e, principalmente, para a melhoria do seu padrão alimentar. Foram introduzidos na dieta das famílias alimentos que antes não consumiam, tanto porque não podiam comprá-los como porque não tinham consciência da importância dos mesmos na nutrição e saúde dos indivíduos.

O treinamento para vender nas feiras, acreditando e valorizando os produtos orgânicos, tem repercutido na mudança de seus próprios hábitos alimentares. Outro ponto a destacar é o crescimento da auto-estima dos agricultores e das agricultoras, que passaram a ter orgulho de sua categoria.

Outra mudança, em termos de mentalidade, é o fato de que alguns agricultores e agricultoras passaram a se perceber como empreendedores, a visualizarem o futuro, a projetarem seus planos de utilização da propriedade. Por exemplo, uma das famílias tinha planos para transformar uma das casas da propriedade em alojamento para receber estudantes que queiram aprender agroecologia.

Como problemas que estão sendo enfrentados os homens e mulheres feirantes apontam:

- I) A dificuldade de manutenção de um padrão de qualidade dos produtos comercializados.
- II) A introdução de novos produtos na feira, convencendo os consumidores a incorporarem os mesmos em seu hábito alimentar.
- III) A necessidade de estudar e controlar pragas e doenças.
- IV) A concorrência entre os feirantes.
- V) A constituição de um fundo rotativo para a AAOEV²⁰.

20. As mulheres participam da Feira e da AAOEV, porém a maioria da coordenação da associação é constituída por homens.

“Melhorou muito no aspecto alimentar. Hoje a gente tem uma visão melhor. Melhorou, também, no aspecto financeiro. Antes do trabalho com a Diaconia, só plantávamos feijão - e usando agrotóxico - e tinha safra apenas em 3 meses do ano, obtendo uma renda de R\$ 1.000/1.200 reais. Agora, em 1 hectare regado, tiramos a mesma renda. Porém, temos mais alimentos, pois há uma diversidade de produtos plantados; esses alimentos são seguros para a nossa saúde; e, com a irrigação tenho produtos o ano inteiro e não apenas em alguns meses. Eu sou um produtor que recebe pessoas da universidade que querem conhecer o nosso trabalho, as nossas experiências. Tenho orgulho de trabalhar junto com a minha mulher”

Neto

Agricultor do município de Umarizal

Rio Grande do Norte

3. A FEIRA AGROECOLÓGICA DE OURICURI (PE)

Municípios da Microrregião do Araripe (Pernambuco) Área de Atuação da ONG Caatinga



A organização não governamental Caatinga é a parceira da Oxfam, cuja área prioritária de intervenção é o território do Araripe, no semi-árido pernambucano, que é constituído por 10 municípios. A população residente no total da área é de 277.362 habitantes (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000), estando 45% dessas pessoas nas áreas urbanas e 55 % nas áreas rurais.

O percentual de pobreza na região é, ainda, bastante acentuado, embora tenha havido uma diminuição dos níveis de pobreza e indigência de 2000 a 2001.

Indicadores de pobreza, 1991 e 2000

Municípios da Microrregião Araripe (Pernambuco)

Municípios Pernambucanos	Nº de pobres 1991	Nº de pobres 2000	Nº de indigentes 1991	Nº de indigentes 2000
Araripina	78.93	65.36	56.13	40.8
Bodocó	86.94	75.23	68.05	52.37
Exu	83.44	79.72	61.94	52.21
Granito	88.82	79.86	66.81	56.91
Ipubi	84.61	74.66	60.31	50.83
Moreilândia	90.26	77.61	74.81	55.36
Ouricuri	82.38	72.82	61.24	51.56
Santa Cruz	93.56	80.39	76.05	61.02
Santa Filomena	95.89	83.42	82.79	64.78
Trindade	77.14	63.19	46.12	38.68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

O Caatinga definiu como um dos seus objetivos estratégicos para o período 2004 a 2006, visibilizar o trabalho e garantir o empoderamento das mulheres nas áreas ligadas à produção e à comercialização. Neste sentido, uma das ações priorizadas foi apoiar a instalação e gestão da feira de agricultura orgânica, em Ouricuri, adotando a mesma estratégia de montar as barracas no interior da feira que ocorre tradicionalmente todos os sábados, na sede do município.

A feira agroecológica de Ouricuri foi instalada em 2004, com as mulheres à frente desse empreendimento. Ainda são poucas as barracas (5), algumas delas com duas famílias associadas. A maioria das famílias planta suas hortas na vazante do Açude do Tamboril. Os homens vêem a atividade positivamente, mas não têm se envolvido intensamente com as feiras. Eles estão mais empenhados nos experimentos dos roçados e com a feira de animais. Entretanto, alguns apóiam suas mulheres nas atividades de plantio.

Dona Terezinha cuidando da sua horta



“Quem trabalha é a gente mesmo. Os maridos lidam mais com o roçado. Lá em casa, as minhas meninas vão para o roçado com o pai. Eu só fico na minha vazante. Produzo jiló, berinjela, tomate, mandioca, milho, feijão, cenoura, cebolinha, cheiro verde, abóbora, melancia, muita coisa. Vendo tudo que trago para a feira. Começo às 6 horas da manhã e 11 horas já estou saindo. Apuro em média R\$ 25,00 a R\$ 30,00 reais por feira. E tudo que a gente vende também é alimento para nós. Essa feira ajuda muito! Todo sábado estou aqui!”

Terezinha Sabino de Souza
Tamboril



“ Eu também planto na vazante do Tamboril, tenho dois filhos, quem me ajuda é o meu irmão. O meu marido fica só no roçado. Eu é que estou à frente do trabalho na vazante e aqui na feira. Só quando não posso vir é que meu irmão vem. Sou sócia na barraca. Eu e ela (apontou para a outra mulher na barraca) é que somos as donas da barraca. Chego aqui às 6h30m da manhã e às 12h30m vou embora. Sempre vendemos tudo. O pessoal da cidade gosta de comprar sem veneno”.

Maria Luíza Gomes de Medeiros
Sítio Tamboril

TELMA
CASTELLO
BRANCO

GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR
E AGROECOLOGIA NO SEMI-ÁRIDO
NORDESTINO
AS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA
MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS

TEXTO
TELMA CASTELLO BRANCO

ORGANIZAÇÃO E COLABORAÇÃO
LUSIMAR LIMA

FOTOGRAFIAS
LUSIMAR LIMA e MICHELLE SOUZA

PROJETO GRÁFICO
JORGE VERDI

EDIÇÃO DIGITAL

ISBN 978-85-61713-02-7

